

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN - FAMECOS
CURSO DE JORNALISMO

FABIANE MAURÍCIO CUNHA

**TRANSGRESSÃO DA MORAL E DOS BONS COSTUMES: UMA ANÁLISE DA ENTREVISTA DE
LEILA DINIZ AO JORNAL O PASQUIM EM 1969**

Porto Alegre
2024

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

FABIANE MAURÍCIO CUNHA

**TRANSGRESSÃO DA MORAL E DOS BONS COSTUMES: UMA ANÁLISE DA
ENTREVISTA DE LEILA DINIZ AO JORNAL O PASQUIM EM 1969**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para a obtenção do grau de Bacharel em
Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e
Design - FAMECOS da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Profº. Drº. Fábio Canatta de Souza

Porto Alegre

2024

FABIANE MAURÍCIO CUNHA

**TRANSGRESSÃO DA MORAL E DOS BONS COSTUMES: UMA ANÁLISE DA
ENTREVISTA DE LEILA DINIZ AO JORNAL O PASQUIM EM 1969**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para a obtenção do grau de Bacharel em
Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e
Design - FAMECOS da Pontifícia Universidade
Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 9 de dezembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº. Fábio Canatta de Souza (orientador)

Profª. Dra. Cristiane Finger Costa

Profº. Drº. Juremir Machado da Silva

À minha falecida mãe, Simone, que sempre sonhou em me ver na faculdade. À toda a minha família, que me apoiou emocionalmente nesta árdua trajetória.

AGRADECIMENTOS

Para me dedicar a este trabalho, pude contar com a parceria e o carinho de diversas pessoas durante toda a minha trajetória acadêmica, entre as quais destaco:

Minha família, que sempre demonstrou apoio às minhas escolhas pessoais e acadêmicas, incentivando-me a continuar lutando e nunca desistir, mesmo quando o “bichinho” da ansiedade batia à minha porta e quase me forçava a largar tudo. Especialmente minha mãe, que mesmo não estando mais aqui fisicamente me abençoou para que eu vencesse cada desafio.

Meus amigos e minhas amigas, que mesmo dando risada dos meus “surto” durante a execução deste trabalho, nunca saíram do meu lado e sempre ajudaram a elevar minha autoestima.

Meu professor orientador, que durante os meses de trabalho árduo sempre me incentivou a pensar e buscar a minha melhor versão como jornalista e ser humano.

Meus professores no curso de Jornalismo da FAMECOS, que sempre me ensinaram não as respostas certas, mas que me ensinaram a questionar as fontes e a refletir sobre a realidade do jornalismo no mundo.

O Núcleo de Pesquisa em Ciências da Comunicação (NUPECC), da FAMECOS, e a Biblioteca Nacional, por disponibilizarem as edições do Pasquim para a realização desta monografia.

O CNPq, por me permitir ser bolsista de iniciação científica por gratos 3 anos.

Por fim, dedico este trabalho à memória daqueles que deram suas vidas na luta contra a ditadura militar no Brasil, especialmente às mulheres que foram reprimidas e isoladas das camadas sociais ao apresentarem suas ideias revolucionárias sobre feminismo em uma época na qual reinava a política questionável da moral e dos bons costumes.

Que sigamos sempre em busca da aplicação dos direitos humanos através de um jornalismo digno.

O importante é amar as pessoas e sentir uma certa felicidade, apesar da zona ao teu redor. (Leila Diniz, 1969).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre a representação da mulher no jornal alternativo brasileiro O Pasquim (1969-1991), trazendo como principal objeto de análise a entrevista realizada com a atriz Leila Diniz (1945-1972), em 1969. Para chegar ao objetivo final, é feita uma síntese sobre a história da imprensa no Brasil, desde a chegada da família real portuguesa, em 1808, passando pelo surgimento da Gazeta do Rio de Janeiro e do Correio Braziliense, até o surgimento do rádio e da televisão como instrumentos de informação. Em seguida, é realizado um estudo sobre a atuação do jornalismo brasileiro durante a ditadura militar (1964-1985), abordando periódicos clandestinos e alternativos. O tratamento dado às mulheres de pensamento progressista é o ponto de partida para um delineamento sobre a forma como O Pasquim abordava questões de gênero em suas páginas, tendo como base de referência Crescêncio (2017) e Pires (2004). Logo após, é feita uma análise detalhada da entrevista de Leila Diniz ao periódico, abordando a quantidade total de palavras ditas pela atriz e as perguntas de cunho sexual feitas pelos entrevistadores. Para sustentar esta monografia, a principal metodologia utilizada é a Análise de Conteúdo, de Bardin (1977), que contribui para a autora do presente trabalho indicar os principais conteúdos a serem analisados de forma objetiva a partir de uma leitura flutuante da entrevista de Leila Diniz. Esta monografia se propôs a estudar as páginas do Pasquim, digitalizadas no acervo da Biblioteca Nacional, e com a versão física da edição 22 do jornal disponibilizada no acervo do Núcleo de Pesquisas em Ciências da Comunicação (NUPECC), da Escola de Comunicação, Artes e Design FAMECOS, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Com base no estudo realizado pela autora desta monografia, o que se percebe é que O Pasquim tinha ideias progressistas em relação à política do Brasil durante a ditadura militar e no período da redemocratização, nos anos 1980, mas abordava questões de gênero de forma irrelevante, deixando a desejar no fator representatividade social.

Palavras-chave: O Pasquim; Leila Diniz; machismo; jornalismo brasileiro; ditadura militar.

ABSTRACT

The main objective of this academic work is to present a study of the representation of women in the Brazilian alternative newspaper O Pasquim (1969-1991), using the interview with actress Leila Diniz (1945-1972) in 1969 as the main object of analysis. To reach the final objective, a summary is made of the history of the press in Brazil, from the arrival of the Portuguese royal family, in 1808, through the emergence of Gazeta do Rio de Janeiro and Correio Braziliense, to radio and television as information tools. This is followed by a study of Brazilian journalism during the military dictatorship (1964-1985), looking at clandestine and alternative periodicals. The treatment of progressive-minded women is the starting point for an outline of how O Pasquim addressed gender issues, based on Crescêncio (2017) and Pires (2004). This academic work is followed by a detailed analysis of Leila Diniz's interview, looking at the total number of swear words she said and the sexual questions asked by the interviewers. To support this monograph paper, the main methodology used is Bardin's Content Analysis (1977), which helps the author of this work to indicate the main contents to be analyzed objectively from a floating reading of Leila Diniz's interview. This academic work set out to study the pages of O Pasquim, digitized in the collection of the Brazil's National Library, and with the physical version of edition 22 of the newspaper available in the collection of the Communication Sciences Research Center (NUPECC), of the School of Communication, Arts and Design FAMECOS, of the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS). Based on the study carried out by the author of this academic work, it can be seen that O Pasquim used to have progressive thoughts about Brazilian politics during the military dictatorship and the period of re-democratization in the 1980s, but addressed gender issues in a irrelevant way, leaving something to be desired in terms of social representation.

Keywords: O Pasquim; Leila Diniz; machismo; brazilian journalism; military dictatorship.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 IMPRENSA BRASILEIRA: DE 1808 À DITADURA MILITAR (1964-1985)	13
2.1 UMA BREVE HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL	13
2.2 JORNALISMO IMPRESSO E DITADURA MILITAR NO BRASIL	20
2.2.1 Imprensa clandestina	24
2.2.2 Imprensa alternativa	27
2.3 MORAL E BONS COSTUMES NO BRASIL DURANTE A DITADURA MILITAR	30
3 O PASQUIM	33
3.1 A HISTÓRIA DO PASQUIM	33
3.2 O PASQUIM E AS MULHERES	36
3.3 A ENTREVISTA NO PASQUIM	44
3.4 A ENTREVISTA COMO GÊNERO JORNALÍSTICO	47
4 A ENTREVISTA DE LEILA DINIZ AO O PASQUIM	52
4.1 LEILA DINIZ NO PASQUIM (1969)	52
4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO	54
4.3 ANÁLISE DA ENTREVISTA DE LEILA DINIZ AO O PASQUIM	57
4.3.1 Linguagem	60
4.3.2 Palavrões e censura	61
4.3.3 Perguntas sexuais e “amor livre”	63
4.4 REPERCUSSÃO DA ENTREVISTA, “PUTA” E MANDADO DE PRISÃO	66
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
6 REFERÊNCIAS	70

1 INTRODUÇÃO

Durante a Ditadura Militar no Brasil, entre 1964 e 1985, a imprensa sofreu com a censura imposta pelo governo. Alguns jornais encontraram maneiras de driblar os censores ou de impedir que suas páginas sofressem um “apagão informativo”. Entre os veículos mais relevantes e consumidos na época está o alternativo O Pasquim, caracterizado pelas críticas ao regime autoritário através do humor e da livre manifestação de pensamentos.

Apesar da proposta de ser um jornal progressista, O Pasquim era considerado um material com ideologias machistas e retrógradas nas questões de gênero. Os membros do jornal desdenharam das mulheres que lutavam pela causa feminista, escrevendo que “lugar de mulher é na cozinha ou no tanque”, pois “não nos deixamos contagiar por essa imbecilidade importada a que se decidiu dar o nome de DIREITOS FEMININOS” (O Pasquim, 1975, ed. 335).

As críticas ao machismo exposto no Pasquim são válidas a partir do momento em que é analisada a entrevista da atriz Leila Diniz ao jornal, em 20 de novembro de 1969. Na ocasião, Leila responde a 15 perguntas de cunho sexual, com poucas respostas envolvendo questões sobre sua carreira artística e planos profissionais.

Conforme planejado antes da execução da monografia, o problema de pesquisa sobre a entrevista de Leila Diniz é guiado pelos seguintes questionamentos: como o jornal O Pasquim tratava as mulheres em suas páginas? Qual era a linguagem utilizada para abordar questões de gênero? Como eram tratados a moral e os bons costumes? Como e por quê a entrevista de Leila Diniz ao periódico gerou a censura prévia e o Decreto-Lei n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970, popularmente batizado com o nome da atriz?

O deboche em relação às mulheres e suas lutas por direitos não se limita à entrevista de Leila Diniz ao Pasquim. No periódico, as mulheres eram fortemente ridicularizadas por seus pensamentos progressistas ou sexualizadas e zombadas em imagens desfavoráveis e explícitas, onde seus corpos eram expostos de maneira desnecessária. O Pasquim escolhia imagens de mulheres poderosas com ângulos pouco favoráveis para estampar suas capas e reportagens (Crescêncio, 2017).

Levando em conta o fato de a autora deste trabalho ser uma mulher cisgênero, a justificativa pela escolha do tema também é uma questão pessoal e de

dignidade. Para isso, esta pesquisa é focada no estudo das mulheres nas páginas do Pasquim e na entrevista de Leila Diniz.

Na primeira etapa da pesquisa é feito um estudo histórico sobre a criação da imprensa no Brasil, desde a chegada da família real portuguesa, em 1808, até a criação da Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822) e do Correio Braziliense (1808-1822), considerados os primeiros jornais brasileiros. Apesar de serem publicados na mesma época, há um debate entre pesquisadores a respeito de qual é, de fato, o primeiro jornal brasileiro. Afinal, mesmo com notícias sobre o Brasil e críticas ao governo da época, o Correio Braziliense era escrito e editado em Londres, na Inglaterra, para enfim chegar às terras brasileiras. Logo após a abordagem histórica, esta pesquisa se propõe a realizar um breve estudo sobre o surgimento do rádio e da televisão no Brasil e a transformação destes em instrumentos jornalísticos.

A terceira etapa da pesquisa traz a Ditadura Militar no Brasil como pano de fundo, elencando os desafios da imprensa com a censura, a partir de 1970, os jornais clandestinos e os jornais alternativos, como O Pasquim. Em seguida, é feito um panorama de como eram tratados temas sobre feminismo e moral e bons costumes na sociedade conservadora da época a partir dos estudos de Colling (2014) e Simões (1985).

Com o foco virando para O Pasquim, esta monografia se propõe a analisar como as mulheres eram tratadas nas páginas do jornal a partir de Crescêncio (2017) e Pires (2004). Em seguida, para chegar ao objeto principal deste estudo, é feita uma análise de como os membros de O Pasquim conduziam as entrevistas no jornal. Para isso, são utilizados como referências Beltrão (1969) e Erbolato (1984), que escrevem a respeito dos tipos de entrevistas no jornalismo.

Por fim, é feita uma análise completa da entrevista de Leila Diniz no Pasquim, tendo a Análise de Conteúdo sistematizada por Bardin (1977) como referência e principal contribuição técnica para este estudo. Neste caso, Bardin (1977) divide a organização do material em pré-análise; exploração; e tratamento e interpretação dos resultados. No presente trabalho, a leitura flutuante ocorreu com a leitura completa da entrevista de Leila Diniz. Na sequência, foram trazidas citações diretas e indiretas dos assuntos e respostas abordados na entrevista. Em seguida, foi feita uma tabela com todos os palavrões ditos por Leila que foram identificados pela autora da monografia. Afinal, as palavras de baixo calão foram censuradas pelos

próprios membros do Pasquim, que as substituíram por asteriscos entre parênteses. Foi criada uma tabela com o número total de palavrões e quais foram identificados, além da quantidade total de perguntas sexuais feitas à atriz.

Para sustentar os argumentos utilizados neste trabalho, outros autores referenciados desde o capítulo 2 são Meirelles (2008), sobre o surgimento da imprensa no Brasil com a Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822); Fornari (1984) e Junior (2018), sobre a chegada do rádio no Brasil e a utilização deste como instrumento de informação; Mattos (2002), a respeito do surgimento da televisão no país como trabalho jornalístico; Aquino (1999), Barbosa (2007) e Moraes (2014), em relação à censura à imprensa no Brasil durante a ditadura militar; Braga (1991), a respeito da história do Pasquim; e Goldenberg (1996), sobre Leila Diniz e a sociedade conservadora da época.

As considerações finais deste trabalho trazem uma análise pessoal da autora sobre a relação do Pasquim com as mulheres e a importância do periódico para o jornalismo brasileiro a partir de suas entrevistas desorganizadas.

2 IMPRENSA BRASILEIRA: DE 1808 À DITADURA MILITAR (1964-1985)

O capítulo a seguir tem como objetivo criar uma breve linha do tempo sobre a história da imprensa no Brasil, desde a chegada da Família Real Portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, até a censura no período da Ditadura Militar (1964-1985). Serão avaliados os primeiros jornais do Brasil, como a Gazeta do Rio de Janeiro e o Correio Braziliense, até os periódicos censurados durante a ditadura que faziam parte da imprensa alternativa, como O Pasquim, e da imprensa clandestina, como O Guerrilheiro.

2.1 UMA BREVE HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Nas primeiras décadas do século XIX, as forças espanholas e napoleônicas ameaçavam a segurança do Reino de Portugal e Algarves durante a Guerra Peninsular (1807-1814) pelo domínio da Península Ibérica. Com isso, a Rainha Maria I de Portugal ordenou que seu filho, o Príncipe Regente Dom João VI, transferisse a Corte Real de Lisboa para a Colônia do Brasil do Reino de Portugal. Desta forma, o Brasil passou a integrar o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Com a chegada da família real portuguesa e da Corte ao Rio de Janeiro, em 1808, publicações de jornais, livros ou panfletos passaram a ser permitidas com o surgimento da Gazeta do Rio de Janeiro. Em paralelo, era impresso em Londres o Correio Braziliense (ou Armazém Literário), fundado por Hipólito José da Costa.

No periódico, Hipólito saúda e ironiza o estabelecimento da imprensa no Brasil:

O mundo talvez se admirará, que eu vá anunciar, como uma grande novidade que se pretende estabelecer uma imprensa no Brazil; mas tal é o facto. Começou o século 19, e ainda os pobres brazilienses não gozavam dos benefícios que a imprensa trouxe aos homes. [...] Tarde, desgraçadamente tarde, mas enfim aparecem typos no Brazil; e eu de todo o meu coração dou os parabéns aos meus compatriotas brazilienses. (Correio Braziliense, 1808, p. 393-394, *apud* Camargo; Moraes, 1993, p.18).

Fundada em 10 de setembro de 1808, a Gazeta do Rio de Janeiro era publicada duas vezes por semana, sendo um jornal oficial da Corte portuguesa, publicando informações favoráveis ao governo e comunicados oficiais da Coroa. O

historiador inglês John Armitage (1807-1856), em seu livro “A História do Brasil”, observa que nesse período o Brasil, tendo a Gazeta do Rio de Janeiro como periódico oficial do governo, era um lugar onde nunca havia sido expressada qualquer crítica ou reclamação (Armitage, 2011).

Editada por Frei Tibúrcio José da Rocha, a Gazeta do Rio de Janeiro também trazia informações sobre a realidade da Europa diante dos conflitos com o imperador francês Napoleão Bonaparte, que comandou uma invasão à Portugal em 1807, ocasionando no refúgio da família real portuguesa para o Brasil. A Gazeta também informava sobre a instabilidade das colônias americanas na Espanha.

Na seção “Rio de Janeiro”, o redator Manuel Ferreira de Araújo Guimarães (1777-1838) costumava falar sobre neutralidade, isenção jornalística, imparcialidade e diferentes versões dos fatos relatados no jornal, ressaltando o valor da opinião e o diálogo com o leitor (Meirelles, 2008). Com a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, o jornal parou de circular, tendo sua última publicação em dezembro daquele ano. Meirelles (2008) escreve:

Suas páginas chegam até nós como um testemunho singular de vários aspectos da sociedade fluminense no tempo de D. João VI: os conflitos de poder e interesses políticos, as tensões dentro da redação e entre as esferas pública e privada, e os valores socioculturais então vigentes.

Publicado em Londres, o Correio Braziliense defendia ideias liberais como a instauração de uma monarquia constitucional e o fim da escravidão no Brasil. O periódico também deu ampla cobertura à Revolução Pernambucana de 1817 e aos acontecimentos que culminaram na Independência do Brasil em 1822.

O Correio Braziliense era dividido em quatro editorias:

- a. **Política** (transcrição de documentos oficiais sobre os negócios nacionais e estrangeiros; era a principal seção do jornal);
- b. **Comércio e Artes** (publicações referentes ao comércio nacional e internacional);
- c. **Literatura e Ciências** (informações sobre novas publicações na Inglaterra e em Portugal, transcrições de obras científicas ou literárias, com comentários do editor);

- d. **Ciências e Miscelânea** (assuntos diversos, novidades no Brasil e em Portugal).

A editoria de Ciências e Miscelânea ainda continha duas subseções, sendo elas:

- a. **Reflexões** (comentários sobre os principais acontecimentos no Brasil e em Portugal divulgados pelo periódico);
- b. **Correspondência** (comunicações assinadas, anônimas ou com pseudônimos dos leitores).

Com um número de 70 a 140 páginas por edição, o Correio Braziliense teve sua publicação encerrada após o processo de Independência do Brasil.

As publicações da chamada Imprensa Régia eram submetidas a uma comissão formada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro Conde de Linhares, e José da Silva Lisboa, futuro Conde de Cairu. O objetivo era “comandar as atividades da Imprensa Régia, que se ocupava inicialmente de publicações de pequenos livros, folhetos avulsos, sermões, algumas obras científicas, outras literárias, além, é claro, dos papéis de expediente e despachos do Príncipe Regente” (Souza, 2020, p. 314).

Eram examinados “papeis e livros que se mandassem publicar, a fim de assegurar que não se imprimisse nada contra a religião, o governo e os bons costumes” (Rizzini, 1946, p. 317). Tais ações eram justificadas por uma possível doutrinação desses periódicos, capazes de formar a opinião pública e difundir ideias. Essa censura prévia implicava em normas e condições para o que deveria ou não ser publicado no Brasil.

Por conta da deliberação das Cortes Constitucionais de Lisboa, que defendiam as liberdades públicas, a censura prévia foi extinta no Brasil em 28 de agosto de 1821, e a liberdade de imprensa foi garantida pela Constituição de 1824.

Com a Proclamação da República em 1889, o jornalista francês Max Leclerc foi enviado ao Brasil em dezembro daquele ano para escrever sobre o novo regime no país e o cenário jornalístico. Ele veio sob o comando do *Journal des Débats*, de Paris. A obra *Lettres du Brésil* foi traduzida por Sérgio Milliet e publicada em 1942 pela Companhia Editora Nacional. Na ocasião, Leclerc (1890, *apud* Milliet, 1942, p. 161-162) escreveu:

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e anárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para aumentar o valor de sua publicidade, a empregar sua influência na orientação da opinião pública. Tais jornais ostentam uma certa independência, um certo ceticismo zombeteiro, à maneira do nosso Fígaro, ou se mostram imparciais até a impassibilidade. Em torno deles, a multidão multicolor de jornais de partidos que, longe de ser bons negócios, vivem de subvenções desses partidos, de um grupo ou de um político e só são lidos se o homem que os apoia está em evidência ou é temível.

Durante as primeiras décadas da República, grandes jornais surgiram no Brasil, muitos em circulação até os dias atuais. O *Correio do Povo*, publicado no Rio Grande do Sul, teve início em 1895, e circula no estado gaúcho até os dias atuais. Em São Paulo, o *Diario do Commercio*, fundado em 1924, também continua a circular.

O *Paiz* e a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, surgiram durante a campanha republicana e sobreviveram à virada de século, circulando até 1930 e 1956, respectivamente.

Além de jornais informativos, também devem ser destacadas revistas de caricaturas e sátiras como *Jornal das Senhoras* (1853-1855), *O Mequetrefe* (1875-1893), *A Revista Illustrada* (1876-1898), entre outros.

Nas primeiras décadas após a Proclamação da República, em 1889, intelectuais de outros lugares do mundo realizavam testes com ondas eletromagnéticas a partir da teoria do eletromagnetismo, de James Clark Maxwell (1831-1879), desenvolvida em 1873. Desta forma, o italiano Guglielmo Marconi (1874-1937) criou um sistema de comunicação por radiofrequência, utilizando um transmissor centelhador para enviar mensagens em código Morse até longas distâncias.

No Brasil, pesquisadores apontam que o responsável por trazer essa inovação foi o padre Roberto Landell de Moura. Entre 1893 e 1894, o católico nascido em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, transmitiu as primeiras palavras faladas via radiotelegrafia. Como não há consenso entre pesquisadores a respeito do surgimento oficial do rádio no Brasil, é possível entender o fato através de uma publicação feita pelo *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, que em 10 de junho

de 1900 noticiou a “nova e sensacional demonstração feita do alto da Avenida Paulista para o Alto de Sant’Ana, numa distância de cerca de oito quilômetros, com a presença, entre outras testemunhas, do Cônsul C.P Lupton, da Inglaterra” (Fornari, 1984, p. 11) ocorridas no dia 3 daquele mês. O Jornal do Commercio publicou:

No domingo próximo passado, no alto de Sant’Ana, cidade de São Paulo, o padre Roberto Landell fez uma experiência particular com vários aparelhos de sua invenção, no intuito de demonstrar algumas leis por ele descobertas no estudo da propagação do som, da luz e da eletricidade através do espaço, da terra e do elemento aquoso, as quais foram coroadas de brilhante êxito. Estes aparelhos, eminentemente práticos, são, como tantos corolários, deduzidos das leis supracitadas. Assistiram a esta prova, entre outras pessoas, o senhor P.C.P. Lupton, representante do governo britânico, e sua família. (Jornal do Commercio, 1900 *apud* Fornari, 1984, p. 25).

Anos mais tarde, em 1922, o então presidente do Brasil Epitácio Pessoa (1865-1942) fez um discurso no dia 7 de setembro que é considerado a primeira transmissão radiofônica no Brasil. Os aparelhos receptores foram instalados nas cidades de Niterói e Petrópolis, no Rio de Janeiro, e em São Paulo. No entanto, a instalação do novo meio de comunicação no país ocorreu, de forma oficial, em 20 de abril de 1923, com a fundação da *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* pelo médico e professor Edgar Roquette-Pinto, que tentou convencer o governo a comprar equipamentos específicos criados pela empresa norte-americana Westinghouse Electric Corporation.

A *Rádio Sociedade do Rio de Janeiro* tinha um papel inicialmente educativo, mas com a criação do *Jornal da Manhã* a emissora de Roquette-Pinto adotou informações jornalísticas na programação, com as notícias sendo lidas e comentadas por locutores a partir dos jornais impressos. No entanto, por não haver elaboração técnica, havia um atraso na reprodução das notícias (Junior, 2018). Com o aumento das verbas de publicidade, a emissora elevou a qualidade das transmissões, garantindo a participação de profissionais nos cargos de apresentação dos programas, redação acurada e dados elaborados. Junior (2018, p. 22) aponta:

Em 1932, o radiojornalismo teve destaque na programação da Rádio Record de São Paulo, com as transmissões sobre a Revolução Constitucionalista. Nesse contexto, ganham notoriedade os noticiosos narrados por César Ladeira, que conclamava a população a “pegar em armas” contra o governo de Vargas.

Ainda na década de 1930, os programas de rádio começaram a realizar programações comerciais, contratando artistas e desenvolvendo o setor. Em 1932, Getúlio Vargas sancionou uma lei que autorizava a transmissão de propagandas nas emissoras. Desta forma, em 1935, foi criado o programa *Hora do Brasil*, que divulgava as atividades governamentais. O programa é veiculado até os dias de hoje, sob o nome *Voz do Brasil*, com novo formato e informações sobre os Três Poderes (Ortriwano, 1985). Também eram transmitidas partidas de futebol e corridas automobilísticas.

Nos anos 1940, a *Rádio Nacional* passou a ser comandada pelo governo federal, tornando-se uma potência jornalística graças aos investimentos estatais (Junior, 2018). Assim, a emissora criou o *Repórter Esso*, que tinha suas matérias enviadas por uma agência de notícias controlada pelos Estados Unidos. O *Repórter Esso* era um boletim noticiário de cinco minutos que ia ao ar entre as programações em diversas edições diárias e extraordinárias. Desta forma, foi implementado o que hoje é conhecido no meio jornalístico como *lead* (o quê?, quem?, quando?, onde?, como?, por quê?).

Segundo Kröckner (2001), o programa também contribuiu para a objetividade nas narrativas; a exatidão; o texto sucinto (direto e vibrante); a pontualidade; cronometragem de tempo para cada notícia; aparente imparcialidade e contrapontos aos longos jornais falados da época. No rádio, o *Repórter Esso* ficou no ar de 28 de agosto de 1941 a 31 de dezembro de 1968.

Em 19 de setembro de 1950, após sucessivas descobertas em vários lugares do mundo, Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello instalou diversos aparelhos de televisão na cidade de São Paulo. No mesmo dia, foi inaugurada a TV Tupi, considerada o primeiro canal televisivo do Brasil. O programa *Imagens do Dia*, veiculado pela emissora paulistana, tinha textos curtos em estilo manchete, sendo apresentados de acordo com a linguagem de profissionais oriundos do rádio.

Em 1952, o *Repórter Esso* passou a ser veiculado também na televisão, transformando-se no telejornal mais popular da época. Mattos (2002) diz que o *Repórter Esso* foi adaptado pela Tupi Rio a partir de um radiojornal transmitido pela United Press International (UPI), através da agência de publicidade McCann Erickson, que entregava o programa já pronto. Com o surgimento e adaptações, a

televisão brasileira “se caracterizou como veículo publicitário, seguindo o modelo comercial norte-americano” (Mattos, 2002, p. 70).

Após dez anos de televisão no Brasil, nos dias 18 e 20 de setembro de 1960 foram inauguradas em São Paulo a TV Excelsior e a TV Cultura, respectivamente. O telejornalismo brasileiro alcançou um patamar inédito com o *Jornal de Vanguarda*, da TV Excelsior, tendo profissionais vindos, em sua maioria, do impresso, como Millôr Fernandes e João Saldanha, e com locução de Cid Moreira e Luís Jatobá. O *Jornal de Vanguarda* rompeu com a linguagem radiofônica predominante na televisão. Apesar disso, o telejornal sofreu com a censura durante a Ditadura Militar (1964-1985) e foi retirado do ar em 1968 após o decreto do Ato Institucional nº 5 pelo presidente Arthur da Costa e Silva.

2.2 JORNALISMO IMPRESSO E DITADURA MILITAR NO BRASIL

Após a Guerra do Paraguai (1864-1870), as Forças Armadas Brasileiras ganharam grandes poderes políticos que aumentaram com a Proclamação da República, em 1889, e com o tenentismo, movimento político-militar organizado por jovens oficiais de baixa e média patentes do Exército Brasileiro que estavam insatisfeitos com o governo no início dos anos 1920, culminando na Revolução de 1930 que depôs o presidente Washington Luís do poder.

Na década de 1950, militantes de direita se uniram para tentar impedir que Juscelino Kubitschek se tornasse presidente da República. Eles alegavam que JK e seu vice, João Goulart, estavam alinhados com o comunismo. Enquanto Kubitschek simpatizava com instituições aparentemente capitalistas, Goulart, ao assumir a presidência do Brasil, prometia reformas agrárias de longo alcance, expropriação de interesses comerciais e continuação da independência da política externa iniciada por seu antecessor, Jânio Quadros. Desta forma, o Brasil tinha relações com países pertencentes aos blocos capitalista e comunista.

Nos primeiros anos da década de 1960, parte da sociedade brasileira temia que o Brasil se alinhasse a Cuba como parte do bloco comunista na América Latina. Além de políticos influentes na época, como o próprio Juscelino Kubitschek, setores conservadores da Igreja Católica, burguesia industrial, latifundiários e parte da classe média, magnatas da mídia também solicitaram uma atuação das Forças Armadas Brasileiras como parte de um plano para tirar João Goulart do poder.

Assim, no dia 31 de março de 1964, tropas rebeldes tomaram a cidade do Rio de Janeiro. Sem muito poder político, o presidente deposto partiu para o exílio no Uruguai em 4 de abril.

Com o golpe militar, foi instaurado um governo que duraria 21 anos, até 1985. Durante esse período, a censura aos meios de comunicação “inaugurou um período de sérias restrições às liberdades de imprensa e de expressão, afetando sobremaneira as atividades jornalísticas e, conseqüentemente, o direito de a sociedade informar e ser informada com independência” (Moraes, 2014, p. 33).

Reportagens, artigos, charges, documentos e materiais artísticos que demonstravam qualquer crítica ao governo militar e afetavam, na visão dos militares, a “segurança nacional” e a “ordem pública” tinham suas publicações proibidas. Segundo Moraes (2014, p. 33):

Nesse contexto, jornalistas foram cerceados e, não raro, impedidos de cumprir plenamente sua função principal: a de informar os leitores com liberdade. Na maioria das vezes não havia, portanto, espaço para abordagens mais críticas sobre os assuntos tratados ou para se explorar as questões e os fatos em suas diversas faces.

Criado em 13 de junho de 1964, o Serviço Nacional de Informações (SNI) era responsável por supervisionar e coordenar atividades sobre informações e contrainformações no Brasil e no exterior, especialmente em países da América Latina que também viviam sob repressão militar, como Argentina, Bolívia, Chile e Equador (Brasília, 1964).

No Brasil, também existiam órgãos repressivos como o Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Aeronáutica (CISA) e as Segundas Seções das Forças Armadas.

De acordo com Aquino (1999, p. 15) tal repressão “objetivava o exercício de uma vigilância cerrada sobre todos os setores da sociedade, visando detectar e punir toda e qualquer tentativa explícita ou implícita de ‘subversão’ à ordem instaurada”.

Com isso, os militares controlavam as informações divulgadas com o objetivo de manter a imagem de ordem e moral imposta pelo governo. Os militares defendiam mudanças na imprensa a partir do que acreditavam, uma vez que esta era fundamental para uma democracia do ponto de vista do governo militar. Desta forma, Barbosa (2007, p. 189) aponta que os jornais deveriam “orientar” a população a partir de ordens do Poder Executivo do Brasil.

A censura foi mais forte a partir de 1968, após o decreto do Ato Institucional nº 5 (AI-5), protocolado no governo de Artur da Costa e Silva, que permitia a cassação de políticos eleitos nas bases federal, estadual e municipal, dando poder ao presidente da República de intervir nos governos locais e permitir a suspensão de direitos políticos e civis como *habeas corpus*, que garante a proteção da liberdade de locomoção de um indivíduo condenado, entre outras medidas.

Desde 1964, a grande imprensa noticiava o golpe militar, ainda que em baixa escala, uma vez que diversos veículos jornalísticos apoiaram a atitude dos militares. Entre os periódicos que disseram “sim” ao golpe estão o *Correio da Manhã*, do Rio

de Janeiro, que clamou pela deposição do presidente João Goulart; o *Diário da Noite*, de São Paulo, que tratou o novo governo como algo legalizado.

Campos (2023, p. 40) diz que a criação de um “inimigo” - neste caso, João Goulart - pela grande mídia foi uma parte essencial para a deposição do presidente e a construção de um regime autoritário que duraria 21 anos:

Sem ela não teria sido possível promover uma coalizão de forças sociais tão distintas a ponto de esquecerem suas divergências para derrotarem “o mal” em comum. No entanto, é importante ressaltar que ao longo da história brasileira é possível vislumbrar a perpetuação de um pensamento autoritário cujos meandros tomam formas e sentidos diversos ao longo do espaço temporal, mas que se colidem sempre dentro dos preceitos elitistas.

Nos anos 1960, o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) era formado por grupos de empresários que buscavam promover ações de caráter “educativo” e anticomunista. Para isso, eles aproveitaram jornais como *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* para publicar artigos que promoviam ações de caráter “educativo” anticomunistas.

Promulgada em 9 de fevereiro de 1967 pelo presidente Castello Branco e pelo Ministro da Justiça Carlos Medeiros e Silva, a Lei nº 5.250 - conhecida como Lei da Censura à Imprensa - regula a liberdade de manifestação de pensamento e de informação em quaisquer veículos da época que publicavam críticas ao governo.

Com a promulgação do Decreto-Lei nº 1.077, conhecido como Censura Prévia, em 1970, diversos jornais passaram a encontrar maneiras de lidar com matérias censuradas. Os artigos 1º e 2º expõem que não serão toleradas publicações contrárias à moral e aos bons costumes nos meios de comunicação, e que caberá ao Ministério da Justiça, através da Polícia Federal, proibir matérias que infringem o estabelecido pelo governo (Brasília, 1970).

Notícias inapropriadas, de acordo com o governo militar, eram substituídas por trechos do poema “Os Lusíadas”, de Luís de Camões, ou por receitas de bolo de fubá estranhas. Outros periódicos publicavam imagens de demônios, páginas em branco, bilhetes ou trechos da música “*Strangers In The Night*”, de Frank Sinatra.

O jornal *O Estado de S. Paulo* teve diversas matérias censuradas pelo governo militar e, por sugestão do jornalista Antonio Carvalho Mendes, publicou trechos de “Os Lusíadas” 655 vezes a partir de 2 de agosto de 1973. O editorial

“*Uma forma esdrúxula*” foi substituído por *Canto Primeiro*, da obra de Luís Camões, na página 3, e continuava na notícia também censurada, “*CNBB procura quem perdeu Casaldaliga*”, na página 18.

Na edição de 6 de abril de 1973, o *Jornal da Tarde* publicou uma matéria intitulada “*Os problemas da imprensa livre, nas Américas*”, abordando ataques, censura, prisões e notícias que não poderiam ser lidas em jornais. O periódico traz breves panoramas a respeito da imprensa em países como Argentina, Chile, Cuba, Estados Unidos, Haiti, Panamá, Paraguai e Peru, além de divulgar um protesto da Comissão de Liberdade de Imprensa da Associação Interamericana de Imprensa contra os governos militares na América Latina. No entanto, o que chama a atenção nesta edição do *Jornal da Tarde* são algumas receitas de doces e salgados publicadas de forma aleatória e sem um exato sentido. Afinal, a matéria que deveria ser publicada ali foi censurada pelo governo.

As receitas eram escritas antes da impressão do jornal. Porém, quando matérias censuradas eram substituídas por espaços em branco com textos cortados e de tamanhos variados, as instruções de tais receitas poderiam ficar incompletas ou aparecer repetidamente em diversas páginas de uma única edição. Tratando-se de jornais alternativos, as receitas recebiam títulos com alfinetadas e críticas a certos políticos da época, com os sobrenomes deles fazendo parte dos ingredientes. Em muitos casos, as receitas eram estranhas, impossíveis de serem ingeridas, o que levava à reclamação de muitos leitores que tentaram seguir o passo a passo ou que acreditaram que as receitas publicadas no *Jornal da Tarde* eram uma forma de demonstrar a mudança editorial para o público feminino.

2.2.1 Imprensa clandestina

O movimento estudantil brasileiro da época passou a publicar pequenos jornais. O *Amanhã*, do Grêmio Estudantil da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, trazia pautas voltadas ao público geral e era escrito em parceria com jornalistas profissionais. Porém, o decreto do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, deu fim à iniciativa do jornal estudantil, que era publicado de forma clandestina - isto é, muitos eram jornais produzidos por grupos armados da esquerda brasileira, com tiragens limitadas, periodicidade irregular e condições precárias de produção.

Na primeira edição do *Amanhã* (1967), de 13 de março de 1967, o editorial “Caminho para o amanhã” diz:

Este é um jornal que os universitários de São Paulo se propõem oferecer aos brasileiros preocupados com os problemas nacionais. Seus objetivos são claros: colocar ao alcance dos leitores dados que retratem nossa realidade social e econômica, de forma a abrir perspectivas para a tomada de posição no encaminhamento dos destinos do País.

Com o fortalecimento da censura durante a ditadura militar, alguns jornais começaram a ser publicados de forma clandestina no Brasil, como o *Voz Operária*, do Partido Comunista Brasileiro (PCB); *Libertação*, da Ação Popular; *O Guerrilheiro*, da Ação Libertadora Nacional; *Bandeira Vermelha*, do Movimento Comunista Internacionalista, entre outros.

Com os líderes do *Voz Operária* sendo perseguidos e exilados, as edições impressas passaram a ser editadas na Europa após o governo militar dismantelar gráficas clandestinas que imprimiam o jornal no Brasil. Em 1975, uma edição em italiano do *Voz Operária* foi editada na Europa e distribuída clandestinamente no Brasil. Isso ocorreu porque o editor do jornal, Orlando Bonfim Júnior foi sequestrado e assassinado por militares ao tentar reorganizar a circulação do periódico no país.

O jornal voltou a circular no Brasil em abril de 1976. Na ocasião, o jornal publicou uma nota repudiando as ações do governo contra membros do Partido Comunista Brasileiro:

Centenas de nossos militantes e dirigentes foram presos e barbaramente torturados. Muitos perderam a vida nas garras de

reação, entre eles dez membros do Comitê Central, seqüestrados e assassinados. Numa das primeiras investidas dessa campanha, VOZ OPERÁRIA foi seriamente atingida. [...] Nosso Partido é indestrutível, porque não é artificial nem exterior à sociedade brasileira; ele emana da existência mesma e da consciência política de nossa classe operária. Comprova-o seus 54 anos de existência ininterrupta, vividos sob as condições particularmente difíceis do Brasil. [...] Igualmente indestrutível é o movimento de opinião pública nacional que se levanta contra ditadura. [...] Quase um ano este jornal deixou de circular, mas os comunistas não cessaram sua luta. (Voz Operária, 1976, p. 7).

Com oito páginas por edição, o jornal circulou no Brasil até 1979, quando o presidente João Batista Figueiredo sancionou a Lei da Anistia, permitindo que exilados políticos voltassem ao país.

Em 1º de maio de 1968, a Ação Popular (AP) lançou o jornal *Libertação*, sob comando do editor-chefe Carlos Azevedo. As edições eram impressas em mimeógrafos elétricos ou manuais e recebiam doações de algumas camadas sociais contrárias à ditadura. Por conta da repressão militar, as condições de trabalho na redação eram limitadas, e as reuniões de pauta eram realizadas na rua. O *Libertação* parou de circular em 1975.

Lançado em abril de 1968 pela Ação Libertadora Nacional (ALN) através do Agrupamento Comunista de São Paulo, cisão do PCB liderada por Carlos Marighella, o jornal *O Guerrilheiro* era apresentado como um órgão de grupos revolucionários contrários à ditadura militar. Camacho (2018, p. 207) diz que a publicação “com textos voltados para a comunidade externa à luta armada representou uma tentativa do grupo de estabelecer diálogos externos, mas que não foi consolidado, sendo a única edição naquele formato na primeira fase da ALN”.

Na primeira edição, *O Guerrilheiro* (1968, p. 1) garante que “sua missão consiste em ajudar a levar para a frente a guerrilha brasileira”:

Acompanhando os passos da guerrilha e lhe emprestando decidido apoio, o que queremos é vê-la transformada no embrião do exército revolucionário de libertação. A criação desse exército constitui uma tarefa estratégica. Sua grande importância pode ser avaliada sabendo-se que com o exército revolucionário de libertação teremos a força armada do povo - a única capaz de destruir as forças armadas da reação, derrubar a ditadura e expulsar o imperialismo.

Para esta monografia, *O Guerrilheiro* teve cinco edições encontradas em acervo digital¹: edição 1, de abril de 1968; edição 2, de novembro de 1970; edição 5, de maio e junho de 1973; edição 6, de agosto de 1972; e edição 8, de outubro e novembro de 1972.

Publicado pelo Movimento Comunista Internacionalista entre 1967 e 1969, o jornal *Bandeira Vermelha* caracterizava-se pelas críticas ao Partido Comunista Brasileiro e à repressão militar sobre lutas de trabalhadores.

Além da publicação de jornais clandestinos, a imprensa alternativa ganhou notoriedade ao publicar jornais que teciam críticas ao governo militar por meio do humor.

¹ As edições de podem ser encontradas na Hemeroteca Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nphdigital/subcolecacao/o-guerrilheiro/>.

2.2.2 Imprensa alternativa

Apesar dos periódicos que se uniram no apoio inicial aos militares, em 1964, há de se destacar a chamada “imprensa alternativa”, que utilizava um espaço para realizar críticas ao governo, denunciar e debater e organizar grupos de cunho político voltados à esquerda. Esses jornais utilizavam humor, análises políticas e informações para cumprir um papel de destaque na oposição e resistência à ditadura militar no Brasil.

Apesar das características semelhantes de crítica ao governo, Kucinski (1991, p. 5-6) diz que a imprensa alternativa no Brasil era dividida em duas classes de jornais:

Alguns, predominantemente políticos, tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos de 1950 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis nos anos de 1960. Em geral pedagógicos e dogmáticos, os jornais alternativos políticos foram, no entanto, os únicos em toda a imprensa brasileira a perceberem os perigos do crescente endividamento externo, ainda em 1973, e o agravamento das iniquidades sociais. [...] A outra classe de jornais tinha suas raízes justamente nos movimentos de contra-cultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean Paul Sartre. Rejeitavam a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média.

Ainda que, inicialmente, parte dos periódicos alternativos fosse consumida em minorias da classe média brasileira, surgia uma nova juventude “de caráter internacionalista, divulgada pelos meios de comunicação de massa e resultando numa utopia vivida em vários pontos do planeta” (Barros, 2003, p. 64).

Logo após o golpe militar de 1964, um grupo de jornalistas, ilustradores e chargistas liderados por Millôr Fernandes lançou a revista *Pif Paf*, em maio de 1964. A publicação tinha um tom humorístico de críticas aos militares e publicou oito edições antes de ser apreendida naquele mesmo ano.

Em 1966, foi lançada em São Paulo a revista *Realidade*, que apesar de já ser conhecida na época, assumiu um posicionamento de contestação ao novo governo. No Rio de Janeiro, *O Sol* fazia parte do *Jornal dos Sports* e também tecia críticas ao regime vigente. Também na capital carioca, foi publicada a revista *Civilização Brasileira*, que abordava temas culturais.

Entre alguns dos veículos alternativos publicados no Brasil durante a ditadura militar estão *Bondinho*, *Ex*, *Opinião*, *Movimento*, *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres*, *O Pasquim*, entre outros.

Com uma abordagem jornalística irreverente, a revista *Bondinho* surgiu em São Paulo, em novembro de 1970. Com edições quinzenais, o periódico tinha na equipe profissionais desligados da revista *Realidade*. Entre janeiro e maio de 1972, a revista publicou 12 edições com entrevistas de alguns artistas brasileiros da época como Chico Buarque, Tom Zé, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento, a banda Os Mutantes, Maria Bethânia, Gal Costa e Zé Celso.

Sem muitos recursos e pressionado pela censura da ditadura, *Bondinho* fechou as portas e foi substituído por *Grilo* e *Jornalivro*, até estes também serem fechados por conta da repressão.

Em novembro de 1973, a equipe responsável pela revista *Bondinho* fundou *Ex*, que teve sua 16ª edição, em novembro de 1975, marcada pela denúncia do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em outubro daquele ano, nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), por agentes do II Exército de São Paulo. Por conta da denúncia, parte da 16ª edição do *Ex* foi apreendida pelos militares. Com isso, a equipe responsável recusou a exigência de censura pelo governo e encerrou a circulação do jornal.

O jornal *Opinião* surgiu em 1972, no Rio de Janeiro, sendo abertamente contrário à ditadura. A criação do periódico foi em decorrência de uma parceria entre o empresário nacionalista Fernando Gasparian e jovens jornalistas da oposição, liderados por Raimundo Rodrigues Pereira. O *Opinião* tinha uma sessão física para colaboradores brasileiros e estrangeiros, publicando artigos do jornal francês *Le Monde*. Foram quase 40 mil exemplares vendidos em bancas.

Por ter sido lançado no auge da repressão contra a imprensa, o *Opinião* sofreu forte censura a partir da 8ª edição, o que acabou por prejudicar a qualidade do periódico semanal. O jornal circulou até 1977, quando Gasparian fechou as portas da redação devido à forte censura do governo.

Após ser demitido do *Opinião* em 1975, Raimundo Pereira lançou o semanário *Movimento*, em São Paulo. O *Movimento* foi censurado desde a primeira edição, do dia 7 de julho de 1975, até o número 153, em 5 de junho de 1978. A

censura vetou 6 mil artigos e ilustrações e 4,5 milhões de palavras, além de um prejuízo milionário em cruzeiros.

Com a Lei da Anistia, em 1979, muitas sucursais foram invadidas por ativistas de direita, que também destruíram as bancas que vendiam jornais alternativos. Com isso, o *Movimento* teve sua circulação afetada, mas continuou sendo publicado até novembro de 1981, totalizando 334 edições.

O *Brasil Mulher* foi o primeiro jornal da imprensa alternativa criado por mulheres e dirigido a esse público. A primeira edição foi publicada em outubro de 1975, abordando temas como sexualidade feminina, congressos de mulheres metalúrgicas, direitos civis das mulheres e o trabalho da dramaturga Leilah Assumpção. Em um jornal de 16 páginas, as jornalistas trazem informações sobre as mulheres líderes da associação dos favelados do Rio de Janeiro e o manifesto pela anistia aos perseguidos e presos políticos. O periódico circulou pelo Brasil até 1980, totalizando 20 edições, com publicações a cada dois meses ou mais. Costa e Costa (2021, p. 36) avaliam o jornal:

Além de informar e expor um ponto de vista feminista sobre a realidade da classe trabalhadora, o jornal cumpria com a função de ser instrumento de auto-organização das mulheres, de ampliação da consciência feminista e de fortalecimento da resistência à Ditadura Militar. Inserido na segunda onda do movimento feminista internacional, que trouxe elaborações e práticas que colocaram a luta por direitos iguais em outro patamar, pode-se dizer que o Brasil Mulher se associou a uma vertente revolucionária do feminismo. Com a compreensão de que a emancipação das mulheres só é possível conjugada com a luta pelo fim da sociedade de classes, o jornal se destinava especificamente às mulheres trabalhadoras, em sua diversidade: negras, operárias, moradoras de periferia etc.

O jornal *Nós Mulheres* foi publicado pela primeira vez em 1976, sendo um instrumento de divulgação de assuntos não veiculados na imprensa tradicional, como pensamentos políticos e feministas da época. No contexto social marcado pela censura, o *Nós Mulheres* fez inovações na linguagem e abordagem dos assuntos. O periódico era publicado pela Associação de Mulheres, tendo 8 edições até o encerramento das atividades em 1978.

2.3 MORAL E BONS COSTUMES NO BRASIL DURANTE A DITADURA MILITAR

Entre os meses de março e junho de 1964, antes e após o golpe militar, houve uma série de manifestações organizadas e conduzidas por membros da Igreja Católica, marcadas pela presença de mulheres de classe média que defendiam rigorosamente os valores morais da época, pois de acordo com esses grupos, esses valores eram colocados em risco por conta de uma “ameaça comunista” que eles acreditavam existir na figura do presidente deposto João Goulart. Afinal, alguns grupos de esquerda defendiam transformações sociais que eram vistas por uma parcela da sociedade conservadora como riscos aos padrões comportamentais referentes à sexualidade e à organização da família como instituição social.

Durante a ditadura militar no Brasil, diversas mulheres se engajaram na luta armada contra o governo. Colling (2004, p. 7) escreve que naquela época a mulher que atuava em organizações militantes contra o regime era vista como “subversiva” e “desviante”, diferente da mulher que estava no espaço a ela destinado, como cuidar dos filhos e do lar, o que a tornava uma mulher “normal” e “desejável”:

A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. A repressão caracteriza a mulher militante como Puta Comunista. Ambas categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico.

Com as organizações armadas contra a ditadura sendo lugares predominantemente masculinos, as mulheres se adaptaram àquele padrão de vida, negando sua própria sexualidade para um lugar igualitário aos homens na hierarquia social (Colling, 2004). Nessa época, a mulher tradicional deveria seguir os padrões da moral e dos bons costumes, tratando sexo e outros assuntos alternativos como proibidos dentro do lar.

Durante a ditadura, criou-se uma intolerância do Estado sobre grupos sociais considerados uma ameaça à sociedade. Tais grupos tinham relação entre si ou conversavam com temas relacionados às discussões sobre gênero, sexualidade ou feminismo, assuntos considerados imorais para os padrões da época. As manifestações da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas entre

março e junho de 1964, traziam um discurso que repudiava comportamentos considerados imorais aos olhos de grupos conservadores de direita.

Ao longo da década de 1970, as mulheres que fizeram parte da Marcha da Família com Deus pela Liberdade continuaram a atuar em defesa da moral e dos bons costumes, acreditando que tinham como missão “salvar” o Brasil da subversão imposta por diversos meios artísticos, mas principalmente pelos jornais alternativos. De acordo com Simões (1985, p. 94), essas manifestações “tornaram-se peculiares na nossa história, não apenas pelo volume de manifestantes, mas especialmente pelos recursos materiais e ideológicos utilizados na arregimentação popular para a ação política”.

Diversos jornais e revistas alternativos abordavam assuntos relacionados à sexualidade da mulher como um ato político, sendo fundamentais na luta contra a “moral e os bons costumes”. As publicações traziam discussões a respeito de aspectos e tendências do movimento feminista em temáticas como trabalho e política (Woitowicz, 2014). A censura era, segundo Setemy (2018, p. 173-174), um “instrumento de controle e coerção da imprensa, empregado arbitrariamente pela ditadura a fim de garantir a ordem social e a organização do poder pelo controle da circulação de ideias e informações”.

A partir dos anos 1960, comportamentos considerados imorais passaram a ser amplamente discutidos na imprensa, “tais como a igualdade entre os sexos, a liberação feminina, a homossexualidade, a virgindade, o uso de pílula anticoncepcional, a exploração do corpo e da mente por intermédio das drogas e da psicanálise, o aborto, a religiosidade, o divórcio e a loucura” (Setemy, 2018, p. 179).

Mulheres brasileiras se inspiraram nos comportamentos de feministas britânicas e norte-americanas, adotando comportamentos *hippies* influenciados pela contracultura a partir das artes. Elas eram ousadas na maneira de falar, se comportar e se vestir, combatendo as ordens estabelecidas pelos conservadores. Apesar da liberdade sexual, essas mulheres foram perseguidas por aqueles que as consideravam subversivas.

A atriz Leila Diniz (1945-1972) foi uma das principais combatentes e desafiantes da moral e dos bons costumes. Em novembro de 1969, Leila concedeu uma entrevista ao jornal alternativo *O Pasquim*. Na ocasião, a atriz falou abertamente sobre sexo e amor livre, defendendo assuntos considerados imorais, como o uso da maconha.

Em 1971, Leila foi fotografada grávida na praia de Ipanema, no Rio de Janeiro. O momento foi registrado pelo fotógrafo Joel Maia e a imagem foi publicada em diversos jornais e revistas, provocando choque na sociedade conservadora. As críticas à atriz se deram pelo fato de ela estar vestindo um biquíni considerado pequeno enquanto estava no sexto mês de gestação. Sobre esse episódio, Castro (1999, p. 119) escreve:

Ao expor, na praia, sua avançada gravidez num biquíni, mereceu protestos até mesmo de mulheres e de leitores de jornais, e um deles se posicionou contrário 'à exibição vulgar de um estado de graça que é a maternidade'. Leila foi uma das mulheres que abriu caminho para que as futuras gerações pudessem enfrentar com naturalidade, por exemplo, o trabalho fora de casa e fazer o que achassem melhor. Morta em 1972, aos 27 anos [...], tornou-se um dos símbolos da emancipação feminina.

Por conta das atitudes consideradas ameaçadoras à moral e aos bons costumes, Leila Diniz teve seu contrato com a TV Globo encerrado. Fonseca (2019, p. 14) analisa que, mesmo a atriz não tendo participado diretamente de grupos ou partidos políticos, Leila incomodou militares e apoiadores com suas declarações dadas ao *O Pasquim*, “uma vez que sua afronta à normatividade sexual feminina do período era considerada perigosa assim como ser atuante dos movimentos de esquerda”.

Goldenberg (1996, p. 185) afirma que Leila contribuiu para que as mulheres criassem uma revolução em suas formas de pensamento e de agir, já que ela “[trouxe] à luz do dia comportamentos femininos já existentes, mas que eram vividos como estigmas, proibidos, ocultos, recalcados”.

3 O PASQUIM

O presente capítulo traz a história do jornal *O Pasquim*, um dos alternativos mais populares durante a Ditadura Militar, conhecido por criticar o governo e alguns comportamentos sociais por meio de sátiras e charges. Além da história do jornal, o capítulo também aborda questões relacionadas à representação de mulheres no *O Pasquim*, o estilo das entrevistas no periódico e a entrevista como gênero jornalístico.

3.1 A HISTÓRIA DO PASQUIM

Considerado um dos mais famosos jornais alternativos da época, *O Pasquim* teve sua primeira edição em junho de 1969, no Rio de Janeiro. Composta por ilustradores, chargistas e jornalistas como Jaguar, Ziraldo, Millôr Fernandes, Fortuna e Tarso de Castro, o periódico trazia o humor como forma de tecer críticas ao governo. Nos anos 1970, chegou a vender mais de 200 mil exemplares. Foi um dos poucos jornais alternativos a sobreviver à ditadura, tendo sua última edição publicada em novembro de 1991.

O Pasquim nasceu nos bares do Rio, de encontros entre Jaguar, Tarso de Castro, Sérgio Cabral, Claudius, Carlos Prosperi e Luiz Carlos Maciel. Este último não lembra quem sugeriu ‘Pasquim’, mas lembra que foi num barzinho da Cinelândia, e que ele, Maciel, foi contra o nome - “um lugar comum” que sua “atração pelo sofisticado, o sutil e o original rejeitava com certo constrangimento”. (*Pasquim*, número 20). Coisa de jornalzinho de colégio. Mas a auto-ironia do título escolhido era adequada ao momento. Tarso e Jaguar (este, o autor da sugestão) fecharam a questão, “é isso mesmo que a gente quer”. (Braga, 1991, p. 23).

Os fundadores do *Pasquim* se inspiraram em publicações norte-americanas, especialmente o jornal *The Village Voice*, de 1955, considerado o primeiro periódico alternativo dos Estados Unidos. No Brasil, os principais alvos do *Pasquim* foram a ditadura militar, a moral e os bons costumes da classe média e a grande imprensa.

O Pasquim se destaca pelo humor e diálogos a respeito da contracultura e da política no Brasil durante a ditadura militar. Publicado pela primeira vez em 26 de junho de 1969, no auge do Ato Institucional nº 5, o jornal era feito por profissionais de imprensa, ilustradores e chargistas até hoje reconhecidos, como Jaguar, Ziraldo,

Millôr Fernandes, Fortuna e Tarso de Castro. Mesmo com a Censura Prévia, em 1970, a equipe do jornal contornava os censores da ditadura e publicava algumas matérias, alcançando grupos de pessoas contrárias ao regime e incomodando os militares.

Em 1969 vivíamos um ano de niilismo na imprensa. O *Pasquim* surgiu nessa época, aproveitando uma brecha, o momento em que os jornais, entre janeiro e junho daquele ano, ainda não tinham se recuperado do susto do AI-5. (Chinem, 2004, p. 88).

Em mais de uma ocasião, O *Pasquim* sofreu com a censura, tendo seus idealizadores presos ou intimados pelos militares. O periódico vendeu mais de 200 mil exemplares nos anos 1970 e sobreviveu à ditadura, tendo sua última edição publicada em 11 de novembro de 1991.

A primeira edição do *Pasquim* foi publicada com uma tiragem de 28 mil exemplares, passando para 250 mil em seis meses. Além de um grupo fixo de profissionais de imprensa, chargistas e ilustradores, o semanário também contava com a colaboração de Henrique de Souza Filho, conhecido como Henfil, Paulo Francis, Ivan Lessa, Carlos Leonam, Sérgio Augusto, Ruy Castro e Fausto Wolff.

Símbolo e mascote do jornal, o ratinho Sig tem seu nome em homenagem ao médico e psicanalista austríaco Sigmund Freud, e foi desenhado por Jaguar a partir de uma piada da época que dizia que “se Deus havia criado o sexo, Freud criou a sacanagem”. O fato de o personagem-símbolo do periódico ter seu nome inspirado em Freud, que publicava estudos sobre a sexualidade humana, ajuda a reforçar a ideia de que O *Pasquim* era um jornal que ia contra os princípios morais e conservadores do Brasil da época.

Em novembro de 1970, a maioria dos profissionais que trabalhavam no *Pasquim* foi presa por agentes da ditadura. As prisões ocorreram após o jornal satirizar o quadro de Pedro Américo, com o imperador Dom Pedro I às margens do Ipiranga na proclamação da Independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822. A paródia tinha os dizeres “Eu quero mocotó” (**Figura 1**), acrescentados por Ziraldo.

Comentou-se depois que [a sátira] fora a causa imediata da prisão, mas como se vê o processo já estava lançado anteriormente. Parece, porém, que as reclamações indignadas de generais contra o que consideraram uma ofensa a um “símbolo da pátria” levaram o

tempo de prisão se estender das duas semanas que estariam previstas inicialmente para dois meses. (Braga, 1991, p. 36-37).

Figura 1 - Sátira de D. Pedro I em *O Pasquim* (ed. 72)



Fonte: Reprodução/Biblioteca Nacional (1970, p. 14).

Enquanto a equipe esteve presa, até fevereiro de 1971, *O Pasquim* manteve sua circulação sob comando de Millôr Fernandes, que conseguira escapar da prisão, tendo colaborações de intelectuais e artistas como Chico Buarque, Antônio Callado, Rubem Fonseca, Odete Lara e Glauber Rocha. Na época, eram vendidos cerca de 100 mil exemplares por semana.

O Pasquim sobreviveu à censura e à abertura política em 1985, com o fim da ditadura militar no Brasil. Com o fim do regime, o jornal perdeu parte de sua resistência enquanto instrumento político. As mudanças no mercado editorial jornalístico também levaram ao declínio do *Pasquim*. Desta forma, em 1991, enfrentando “dificuldades financeiras e sem a mesma relevância política que antes o sustentava, o jornal encerrou suas atividades, marcando o fim de uma era para a imprensa alternativa no Brasil” (Montanhan, 2024).

3.2 O PASQUIM E AS MULHERES

Inicialmente, *O Pasquim* trazia mais temas comportamentais como questões a respeito de sexo, drogas e feminismo. Neste último caso, conviveu com acusações de machismo por mostrar mulheres em todas as páginas e dar espaço ao questionável humor de antifeministas como seus próprios fundadores. O jornal entrevistava ativistas pelos direitos das mulheres e as convidava a lavar louças, criava charges que traziam mulheres de forma objetificada, mostrando que beleza era uma característica de mulheres burras e não de feministas.

Em 1972, a feminista Betty Friedan visitou o Brasil e concedeu entrevista ao *Pasquim*. Nas páginas do periódico, Friedan foi chamada para lavar panelas e considerada feia pelos entrevistadores. Crescêncio (2017, p. 6) analisa:

No encontro entre *O Pasquim* e Friedan há no mínimo dois elementos a serem considerados. O primeiro é o fato primordial de ela ser uma feminista, um dos alvos prediletos do semanário. O segundo é o fato de Friedan ser uma mulher assumidamente liberal, nascida nos Estados Unidos. Motivos para a “perseguição” não faltavam, muito embora ela não seja justificada. Até um olhar pouco cuidadoso é capaz de perceber que a foto escolhida para figurar na capa não foi escolhida acidentalmente. *O Pasquim* não é o primeiro nem será o último jornal a escolher ângulos poucos favoráveis de mulheres poderosas para divulgar em capas e reportagens.

Além disso, durante a entrevista com Friedan, Paulo Francis afirma que há individualismo e preocupação obsessiva de feministas norte-americanas em relação aos problemas sexuais das mulheres, enquanto Millôr diz que o movimento não tem um objetivo. Francis (*O Pasquim*, 1971, ed. 94, p. 4-6) diz a Friedan:

[...] Estou feliz de ver que você tem um ponto de vista sociológico, porque algumas de suas irmãs que eu li me pareceram só individualistas, muito preocupadas com problemas sexuais de uma maneira obsessiva, gente como Ti-Grace Atkinson e Kate Millett.

Apesar da contradição, as abordagens machistas não impediram que algumas mulheres trabalhassem no *Pasquim*. Martha Alencar atuou como editora do jornal e Nelma Quadros era secretária de administração. Ainda assim, Buzalaf (2009, p. 64) escreve:

Uma das poucas mulheres que realmente circularam na redação do *Pasquim* a trabalho, Martha Alencar afirma que o clima no cotidiano do jornal era de disputa de egos, de muita criatividade e de um machismo latente, criticado por Terezinha Maria da Fonseca Passos Bittencourt na sua pesquisa de doutorado. Para ela, o jornal era contestador das estruturas, mas reacionário em questões de natureza sexual, ao tratar o homossexualismo e o feminismo.

Na primeira edição do *Pasquim*, Martha Alencar coloca assuntos relacionados ao feminismo como contradições para a “moça emancipada”. Sobre assédio sexual, a autora escreve: “Por que o sujeito que beliscou sua região glútea na última esquina continua buzinando no seu ouvido? [...] Não grite ao levar o quinto beliscão da tarde, você precisa encarar essas coisas com naturalidade”; sobre uma mulher trabalhar, Martha questiona: “Para que ser independente se os colegas de trabalho são irremediavelmente chatos?” (*O Pasquim*, 1969, ed. 1, p. 13).

Após uma matéria publicada pela revista *Realidade*, em 1970, na qual mulheres são convidadas a tecer críticas aos homens, *O Pasquim* pergunta aos entrevistados na edição 33 sobre a “geração *Realidade*”. Em resposta à matéria da *Realidade*, Pedro Ferreti fala sobre a emancipação feminina e coloca o sexo como um ato de poder sobre a mulher, o que mostra um comportamento do jornal de naturalização da opressão de gênero:

Essa história de emancipação da mulher também é meio abstrata. O que significa ser emancipado? Dar à vontade, ter uma vida sexual semelhante à da maioria dos homens? Se é isso, por mim, fiquem à vontade. Mas emancipação quer dizer outras coisas, significa uma individualidade realizada. Pouca gente tem isso, de qualquer sexo, em qualquer sistema (Marcuse provou isso, ao menos). E sem transformar isso aqui numa discussão filosófica, ficando só na questão do sexo, as moças que falaram à *Realidade* não manjam uma coisa essencial sobre sexo: vivem de tal maneira recheadas da subcultura psicanalítica [...] que se esquecem que o ato sexual é um ato de poder de uma pessoa sobre a outra. Daí muitas das complicações surgem, pois a parte usada [...] não raro entra em choque com o que pedem seus instintos e o que ela pensa, a imagem idealizada que tem de si própria. Se a mulher quiser ser igual ao homem, ela que, basicamente, é passiva no sexo, vai trocar de sexo. Não estou recriminando lésbicas. Estou tentando expor um fato psicológico e biológico. As moças de *Realidade* estão vivendo esse conflito neurótico sem o perceberem, jogando a angústia que sentem ante o novo papel que tentam assumir (*O Pasquim*, Rio de Janeiro, 1970, ed. 28, p. 22).

Em contrapartida à liberdade sexual refletida pelo jornal como oposição à censura e à moral e aos bons costumes, *O Pasquim* também reforça os papéis de gênero ao publicar piadas de reprovação à traição de uma mulher e ao estímulo à infidelidade de um homem. A edição n. 19, de 1969, traz um anúncio de livros em que duas das frases selecionadas são “Mulher é como carro, é bom pra quem tem dois” e “Antes as mulheres casavam para ter um marido. Hoje as mulheres casam para ter um amante”. (*O Pasquim*, 1969, ed. 19, p. 7).

Com os integrantes do jornal sendo criticados por serem machistas, Millôr afirma que as piadas publicadas não refletem comportamentos preconceituosos. De acordo com ele, todos são humoristas profissionais e a piada é coisa séria. (*O Pasquim*, 1971, ed. 94, p. 4). Na edição 335, de 1975, uma leitora faz críticas à forte presença masculina na redação durante a sessão de cartas ao perceber que “não há nenhuma mulher escrevendo” (*O Pasquim*, 1975, ed. 335). Na ocasião, a resposta do *Pasquim* apenas confirma a crítica ao escrever “Clube do Bolinha, sim! Mas entrando nas meninas”. Ainda na sessão de cartas, o periódico diz que lugar de mulher “é na cozinha ou no tanque” e pede a outra leitora que ela “volte ao seu cursinho de corte e costura, case-se, tenha filhos e não chateie” (*O Pasquim*, 1975, ed. 335):

[...] Lugar de mulher [...] é na cozinha ou no tanque. Não nos deixamos contagiar por essa imbecilidade importada a que se decidiu dar o nome de DIREITOS FEMININOS. [...] A gente vai levando como pode, enganando aqui, embromando ali, nadando junto com a maré, vendo se fatura o suficiente pra viver sem muitos problemas financeiros nesse paizinho chato cheio de gente chata levantando questões chatas de maneira chata no meio de um mundo de chatos. Volte ao seu cursinho de corte e costura, case-se, tenha filhos e não chateie.

Ao final da década de 1970, alguns homens saíram da redação do *Pasquim*, portanto, a ridicularização do feminismo não era mais tão escancarada. Já no início dos anos 1980, o jornal anunciou na sessão de cartas que “os machões que aqui gorjeavam estão em outra, aliás outras (publicações). Os remanescentes do pasca estão com as mulheres e não abrem (a menos que elas façam questão)” (*O Pasquim*, 1984, ed. 805, p. 2).

Desta forma, *O Pasquim* tenta redefinir o diálogo com grupos feministas a partir da redefinição de grupos de esquerda sobre esse assunto. Afinal, questões

que envolviam feminismo e identidade de gênero ganharam mais espaço no Brasil com a abertura política ao final da década de 1970 (Sarti, 2004). Nessa época, houve um entendimento de que a igualdade entre mulheres e homens era uma retórica, e muitas mulheres viram uma necessidade na articulação entre a luta contra a opressão social e a reflexão a respeito das relações interpessoais. Soihet (2008, p. 53) analisa:

Mulheres que apresentavam fortes discordâncias, muitas considerando a prioridade de causas mais voltadas para problemáticas ligadas ao trabalho e à exploração das mulheres pobres, em determinado momento despertaram, também, para questões até então vistas como secundárias. [...] Os desencontros anteriores dão lugar a encontros como resultado da emergência de uma consciência de gênero que lhes faz perceber outras desigualdades, além daquelas de classe.

Ainda assim, o periódico mantém uma imagem sexualizada do corpo feminino a partir dos desejos masculinos, uma vez que a edição n. 805, de 1984, estampa na capa uma mulher com os seios de fora ao lado de um desenho do personagem *Superman*, da DC Comics (**Figura 2**), com as frases “Tô louco por uma kryptonita *on the rocks!*” e “No baixo pinta de tudo!”.

Figura 2 – O Pasquim (ed. 805)



Fonte: Reprodução/Biblioteca Nacional (1984)

Os homens que inicialmente compunham a redação do *Pasquim* falavam sobre as contradições do período em que o jornal começou a circular, especialmente assuntos com os quais estavam familiarizados, o que acabava por criar uma estigmatização da luta das mulheres por seus direitos; além de objetificar seus corpos. Mesmo sob censura na era da “moral e dos bons costumes”, *O Pasquim* colocava em destaque, especialmente nas capas das edições, fotos de mulheres nuas ou de partes de seus corpos.

Apesar das adversidades em relação à luta das mulheres e a objetificação do corpo feminino, ao longo das décadas, *O Pasquim* teve forte importância na luta contra a censura. Ainda assim, mesmo com as mudanças sociais que ocorreram no Brasil ao longo de toda a ditadura e abertura política, parte do discurso do jornal sobre questões relacionadas ao feminismo continuou tendo uma abordagem misógina, com a última edição chamando uma mulher de “perua” (**Figura 3**).

Figura 3 – O Pasquim (ed. 1072)

DICAS

O BURACO É MAIS EMBaixo
Social-democratas (assumi-
dos ou não) de plantão, que
aproveitaram o malogrado gol-
pe da burocracia soviética pa-
ra fazer o seu embolorado dis-
curso, recheado de rebusco
anti-comunismo, estão com
as barbas de molho, depois
que a vitrine sueca foi estilha-
çada pelos ventos do conser-
vadorismo que assola o mun-
do. É fácil assumir um discurs-
o oportunista, difícil é avaliar
a complexidade de certos mo-
mentos históricos.
(Carlinio)

Roxane

Ela é mais ele do que ele.
(Felix de Athayde)

**DE
QUE
ESTÁ
RINDO
ESTA
PERUA?**

Violência explícita

Pais onde falta pão, os po-
líticos querem se entender,
mas ninguém tem razão.
(Felix de Athayde)

Dr. Fritz, um morto muito vivo

BIONE

Ele terminou o curso de Medicina na minha turma, embora tenha entrado na faculdade dois anos antes de mim. Explico. Era tão mal aluno que levou oito anos para concluir um curso de seis. Formado, foi trabalhar em hospitais de BR, jargão que os médicos usam para designar esses matadouros de beira de estrada que sobrevivem explorando as mazelas dos pobres e fraudando a previdência. Soube, inclusive, do boato de algumas falcitruas dele, que teriam, inclusive, provocado a sua demissão por justa causa de um desses hospitais. Mas não quero correr o risco de cometer uma calúnia contra um colega falecido.

Como as condições de sobrevivência de médicos pobres e recém-formados no Brasil é braba, ele resolveu dar um golpe de mestre. Descobriu o testículo de Colombo. Aprendeu a enfiar agulhas nos braços, pescoço, costas e outra partes do corpo evitando tocar os feixes nervosos. Decorou umas palavras em alemão com sotaque nordestino, e mandou ver. Espalhou que estava recebendo o espírito de um suposto dr. Fritz, médico alemão que teria morrido durante a guerra. O mesmo que tornou famoso Zé Arigó.

Em pouco tempo sua fama varou fronteiras. Virou notícia nacional e internacional. Ficou rico. Milionário. Várias vezes sua farsa esteve por cair. Vários pacientes morreram na vã esperança de suas curas milagrosas.

Eu próprio tive nas mãos algumas receitas dele. Nenhuma continha menos de dez remédios prescritos. Uma delas, inclusive, me foi trazida por um paciente do qual eu estava tratando uma depressão profunda. Nela havia doze medica-

mentos, sendo três anti-histaminicos, esses remédios que a gente toma pra gripe, alergia, e que nos deixa sonolentos, moles e sem vontade. Imagine a pessoa tomar nove anti-histaminicos por dia — três comprimidos de cada marca. Nunca foi tão fácil curar uma depressão. Foi só suspender a medicação e fazer uma terapia de apoio.

Foi cassado pelo Conselho Regional de Medicina de Pernambuco, expulso da Sociedade Espírita Pernambucana. Só que a massa de otários é bem maior do que o número de homens sensatos. E, como dizia minha mãe, pobres dos sabidos se não fossem os idiotas.

Mas ninguém detinha o rapaz. Expulso da Sociedade Espírita, fundou o Instituto Adolph Fritz, que recebia, diariamente, centenas de pobres diabos, desesperados de uma melhoria nas suas condições de vida e saúde. "Operou" pessoas poderosas, atores globais, atletas famosos. Fez aparições na TV e foi capa de Manchete brasileiras e do exterior. Viajou a convite de milionários hipocondríacos.

Na eleição do ano passado candidatou-se a deputado, foi eleito com uma votação significativa. Do PRN, partido que o elegeu, passou para o PST, insignificante agremiação onde se abrigam notórias figuras da direita pré-histórica. Durante sua atuação parlamentar apresentou um único projeto, o de tornar de utilidade pública a Fundação Adolph Fritz, de sua propriedade.

Enquanto isso, sua fortuna crescia. Morava numa mansão no bairro chic de

Piedade, em plena beira-mar recifense. Conhecido de todos por seu gênio irascível e preconceituoso para com os mais humildes, juntamente com sua família, tratava os muitos empregados e seguradas de uma forma grosseira e intolerante. Característica esta atestada pelos próprios empregados e pelo delegado que prendeu o criminoso no mesmo dia do crime. Se é que se pode chamar de criminoso um homem de 64 anos, com 12 filhos e quatro netos para sustentar e que fora demitido de forma humilhante pela esposa do deputado, na noite anterior, só porque estava conversando através do muro da residência com seu colega vigilante da casa vizinha.

Ao chegar no dia seguinte a fim de receber a ninharia de 18 mil cruzeiros, "seu" José foi recebido pelo médium a bofetadas e pontapés.

Ao ser entrevistado, ainda nas dependências do hospital onde fora medicado, o vigia disse que lembrava apenas dos momentos em que começou a ser espancado pelo deputado. E chorando copiosamente, confessou que tinha muito medo de ser assassinado no presidio.

Enquanto isso muita tinta foi gasta por nossos matutinos e muita luz derramada por nossas câmeras, louvando as virtudes e peripécias mediúnicas da vítima.

De vítima virou mártir, e daí para herói é um passo. Já tem gente falando até em canonização.

Francamente, é muito santo pra tão pouco céu, ou melhor, é muito espírito pra pouco terreiro.

Fonte: Reprodução/Biblioteca Nacional (1991, p. 5)

O *Pasquim* é reconhecido como um jornal que deu espaço para discussões sobre temas relacionados às mulheres ao entrevistar personalidades e intelectuais da época. Pires (2004, p. 100) analisa que publicações como o semanário carioca “apresentaram algumas especificidades que lhes diferenciam dos demais produtos com identidade de cultura de massa e que influenciaram a maneira como estas se integraram ao seu público”.

Ainda assim, é impossível fechar os olhos para as “piadas” misóginas que têm o objetivo de fetichizar mulheres e expor os pensamentos machistas daqueles que compunham a redação, mesmo com as palavras sendo veladas por um “humor ácido” justificado pelos próprios profissionais do *Pasquim*.

3.3 A ENTREVISTA NO PASQUIM

Com surgimento no final dos anos 1960, *O Pasquim* tinha uma peculiaridade própria em relação aos demais jornais da época, fossem alternativos ou não. O semanário carioca diferenciava-se pelo uso excessivo do humor como forma de protesto contra a ditadura militar no Brasil. Uma das particularidades do *Pasquim* era a forma de fazer jornalismo, com entrevistas sendo publicadas na íntegra e utilizando palavras consideradas inaceitáveis para a época, especialmente palavrões por parte dos entrevistados, que se expressavam abertamente sobre assuntos considerados polêmicos pelos setores mais conservadores da sociedade brasileira da época.

Entre os anos 1960 e 1970 era incomum que jornais utilizassem gírias e uma linguagem coloquial em suas publicações. *O Pasquim* inovou nesse quesito ao apresentar textos humorísticos com escancaradas críticas ao governo militar e publicar charges com o personagem Cabôco Mamadô² (Petrini, 2012).

Braga (1991, p. 144) diz que os jornalistas do *Pasquim* não eram organizados quando se tratava de entrevistas, uma vez que havia um improviso entre eles e o entrevistado, além da instauração de um debate durante a conversa:

A entrevista comum propõe dois papéis claramente identificados: o jornalista, que comanda a sequência e os ritmos da entrevista, e o entrevistado, que guarda a decisão da racionalidade que atribuirá a suas respostas. A entrevista do *Pasquim* abandona esses papéis rígidos. Os jornalistas não são organizados. A ‘construção’ do assunto é improvisada entre eles e o convidado, que dispõe também de uma certa decisão para comandar os ritmos e os temas. Além disso, o debate se instala frequentemente entre os jornalistas, que se apropriam assim, parcialmente, do papel de exprimir a opinião de fornecer a informação.

Era comum que os entrevistadores e o convidado bebessem durante a conversa. Isso ocorria como uma forma de descontrair e confraternizar com o entrevistado para que ele falasse o que quisesse sem censura e omissão. Para

² Criado por Henfil, Cabôco Mamadô é o protagonista de um cemitério de mortos-vivos desenhado pelo cartunista no qual eram enterrados adversários intelectuais e morais de Henfil. Através dos desenhos, o cartunista acusava pessoas de colaborar com a ditadura militar. Na época, Henfil causou polêmica ao “enterrar” figuras notórias na cultura brasileira como o poeta Carlos Drummond de Andrade e a cantora Elis Regina (Petrini, 2012).

evitar a censura, os membros do jornal encontravam maneiras de publicar a entrevista de uma forma que fosse “autorizada” pelos militares.

No Pasquim, as entrevistas não tinham uma sequência de apenas perguntas e respostas, com questões sendo feitas de forma aleatória ou com os jornalistas falando juntos ao mesmo tempo. Braga (1991, p. 144) escreve:

A construção do assunto é improvisada entre eles e o convidado, que dispõe também de uma certa decisão para comandar os ritmos e os temas. Além disso, o debate se instala frequentemente entre os jornalistas, que se apropriam assim, parcialmente, do papel de exprimir a opinião e de fornecer informação.

A entrevista com o escritor Paulo Mendes Campos, na edição 30, de 1970, é marcada por uma conversa que não segue a linha de apenas perguntas e respostas, com o próprio Pasquim afirmando que foi o entrevistado quem impôs o tom da conversa:

Poeta respeitado, cronista admirado em todo o Brasil e excepcional figura humana, Paulinho é capaz de falar com rara coragem, calmamente, sem que nenhuma mudança no tom de voz traia a menor vaidade por suas qualidades. Ele falou com cuidado, construindo cada frase com precisão, mas sem alarde. E, em momento nenhum, calou o que tinha a dizer. (O Pasquim, 1970, ed. 30, p. 16).

Segundo Arantes (2010, p. 40), o Pasquim “não tinha como foco um assunto específico, porém concentrava-se na personalidade do entrevistado e em sua história pessoal, anulando quaisquer outras formas de entrevistar”:

Essa diferença não indica que o semanário só publicava entrevistas sem conteúdo. Pelo contrário. Dependendo do entrevistado, ele se negava a entrar nos méritos do Pasquim, levando a entrevista a sério. Isso fazia com que o assunto fosse mais próximo da realidade. O jornal oferecia ao convidado o direito de falar sobre o assunto que desejasse.

Com isso, Cardoso (2005, p. 116) diz que O Pasquim era capaz de reunir os mais diversos assuntos em um único periódico:

O Pasquim era a revolução dentro da revolução. Ali, se deflagraram todos os movimentos. A revolução do jornalismo, a libertação do coloquial, a viabilização do esquerdo jornalismo, a libertação

coloquial, a viabilização do esquerdismo, a libertação do humor e do feminismo, a explosão da contracultura, o desatamento do movimento gay.

Para Oliveira (2008, p. 13), as matérias do semanário carioca “conseguiram aproximar o leitor a um dos bairros de grande expressão da época, Ipanema”. Nos bares e nas casas daquele bairro reuniam-se personalidades da música, do teatro, os intelectuais, escritores”.

Com a falta de um copidesque, profissional de edição responsável por revisar os textos, as entrevistas eram publicadas na íntegra. Na primeira edição do Pasquim, o entrevistado foi o colunista Ibrahim Sued.

Após a gravação de toda a entrevista, Jaguar ficou com a responsabilidade de publicar a conversa. Com a falta de conhecimento da linguagem jornalística e na ausência de Sérgio Cabral e Tarso de Castro, Jaguar publica a primeira entrevista na íntegra. Depois, a falta de conhecimento é aliada à falta de verba, já que teriam que pagar um editor para exercer a função (Oliveira, 2008, p. 13-14).

3.4 A ENTREVISTA COMO GÊNERO JORNALÍSTICO

Em 1791, o James Boswell publicou um livro sobre a vida de um médico inglês chamado Samuel Johnson. Na obra intitulada “*The Life of Samuel Johnson*”, Boswell escreve sobre conversas realizadas com o médico e que se assemelham a um protótipo de entrevista no século XVIII, mesmo que não tenham sido publicadas em jornal da época.

A partir disso, Erbolato (1984, p. 138) aponta que o uso da entrevista como gênero jornalístico remonta ao ano de 1836, “quando James Gordon Bennet fez perguntas a Rosina Townsend, proprietária de um prostíbulo em Nova York no qual ocorrera um assassinato classificado, então, como sensacional”. Na época, durante alguns dias, o jornal *New York Herald* publicou diversas matérias sobre o ocorrido.

James Gordon Bennet nada mais fez do que desenvolver a iniciativa, tomada três anos antes, por Benjamin H. Day, jovem impressor que, ao dirigir o *New York Sun*, deu-lhe nova orientação, ao reduzir as notícias sobre política e administração, além de diminuir os artigos de fundo e publicar matérias que até então eram consideradas sem importância, mas que tinham conteúdo humano. [...] Em 1859, Horace Greeley entrevistava, em Salt Lake City, o fundador da Igreja Mórmon, Brigham Young, adotando perguntas e respostas (sistema pingue-pongue). (Erbolato, 1984, p. 138).

A entrevista pingue-pongue é um gênero jornalístico caracterizado “pela apresentação de uma entrevista na forma de perguntas e respostas, constituindo-se como resultado da edição/reenunciação da entrevista que realizada face a face” (Silva, 2009, p. 4). Neste caso, caracteriza-se pelo formato pergunta-resposta entre entrevistador e entrevistado. É um tipo de entrevista comum no jornalismo impresso.

[...] A entrevista pingue-pongue constitui-se a partir da edição/reenunciação da interação direta (face a face) entre entrevistador e entrevistado, que foi gravada ou registrada em forma de anotações, e, mais recentemente, realizada através de e-mail. A partir dessa interação, no processo de reenunciação e retextualização final da entrevista face a face, há uma modalização da fala do entrevistado, isto é, a sua fala é um discurso citado dentro da fala do entrevistador, que dá o acabamento ao enunciado (a entrevista) (Silva, 2009, p. 4).

Para Bahia (1971, *apud* Erbolato, 1984, p. 139), um dos principais requisitos da entrevista no jornalismo é a autenticidade do repórter, devendo provar as

declarações do entrevistado. Ainda segundo o autor, o interesse e a técnica dependem exclusivamente do entrevistador, que tem a responsabilidade de identificar o interlocutor ou os demais envolvidos na entrevista (Bahia, 1971, *apud* Erbolato, 1984, p. 139).

A entrevista no jornalismo, prossegue Juarez Bahia, adquiriu uma expressão própria, particular, especializada. É conhecida também como *reportagem provocada*. Como quer que seja, é diferente da entrevista que faz o médico com o seu cliente, do padre com o crente, do assistente social com o desempregado. Embora o princípio seja o mesmo - o diálogo ou perguntas e respostas -, no jornalismo a entrevista obedece a uma técnica que a torna apta a produzir notícia para o consumo de massa. (Erbolato, 1984, p. 139).

O jornalismo tem papel fundamental na sociedade ao pesquisar, apurar e informar as pessoas a respeito das mais diversas realidades sociais através dos meios de comunicação, seja impresso, digital ou televisivo.

Para a construção de uma reportagem jornalística é necessário que o repórter realize entrevistas para garantir maior aproximação com o leitor ou telespectador em relação aos fatos relatados. O jornalista responsável por conduzir uma entrevista traz relatos de pessoas diretamente envolvidas no assunto tratado pela reportagem, desde depoimentos pessoais até opiniões de especialistas.

Luiz Beltrão (1969, p. 177) classifica as entrevistas da seguinte forma:

a. Entrevistas geradoras de matéria jornalística

- entrevista de rotina: em forma de notícia, sem fazer referência ao entrevistado ou com referência não específica;
- entrevista caracterizada: em forma de diálogo, reprodução de palavras ou ideias de um ou mais personagens citados no texto.

b. Entrevistas quanto aos entrevistados

- individual: reproduz conversa com um único entrevistado;
- em grupo: mais de um entrevistado (compreendem enquete e pesquisa).

c. Entrevistas quanto aos entrevistadores

- pessoal/exclusiva (quando concedida a um único repórter ou jornal);
- coletiva (quando diversos jornalistas participam da entrevista);

d. Conteúdo da entrevista

- informativas: quando há relato de um fato através da conversa com a fonte;

- opinativas: quando há opinião sobre o assunto abordado, gerando controvérsia e conflito nos grupos que consomem o jornal;
- ilustrativas ou biográficas: entrevista com material destinado a entreter ou instruir o leitor.

De acordo com Erbolato (1984, p. 140), as entrevistas de rotina buscam “fornecer ao repórter elementos sobre fatos do dia-a-dia”. Neste caso, encaixa-se a rotina atípica de uma cidade, por exemplo, quando ocorre qualquer acidente no trânsito. Nesse tipo de entrevista, serão ouvidos os envolvidos na fatalidade, testemunhas que presenciaram a cena, policial que atendeu à ocorrência e profissionais de saúde que prestaram atendimento aos feridos.

Luiz Beltrão (1969, p. 177) define as entrevistas caracterizadas como aquelas que são “apresentadas em forma de diálogo ou de reprodução textual de palavras ou ideias de um ou de vários personagens, nomeados no texto”. Essas entrevistas destacam citações diretas ou indiretas.

Já na entrevista individual há somente um entrevistador e um entrevistado. Neste caso, o repórter deve marcar a conversa com antecedência e estabelecer um diálogo com informações básicas para serem publicadas.

Nesses casos, a entrevista geralmente é exclusiva, mas pode ocorrer que horas depois a mesma pessoa seja procurada pelo representante de outro jornal, que também a ouvirá. Mas, nem por isso, deixará a entrevista de ter sido individual (uma de cada vez). (Erbolato, 1984, p. 141).

As entrevistas em grupo são classificadas como aquelas em que diversas pessoas falam a diversos jornalistas. Dentro dessa classificação, há as enquetes e as pesquisas, quando um ou mais repórteres entrevistam um grupo de pessoas a respeito de um assunto em comum, sejam estas da mesma classe social ou não, a depender da abordagem do texto (Erbolato, 1984).

Entrevistas pessoais ou exclusivas são aquelas em que uma pessoa fala a um único veículo de comunicação. Isso ocorre quando o entrevistado não é procurado por outros jornais ou se recusa a receber outros repórteres (Erbolato, 1984).

Quando se trata de profissional de notoriedade, poderá fornecer sua entrevista por escrito, respondendo a perguntas previamente elaboradas. Há jornais que, nessas hipóteses, pagam determinada importância, desde que haja exclusividade. É que, sendo especialista autoridade no assunto, o depoimento corresponderia a uma colaboração ou artigo de grande repercussão. (Erbolato, 1984, p. 142).

As entrevistas coletivas ocorrem quando uma ou várias pessoas falam a um grupo de jornalistas na mesma ocasião, sejam eles profissionais em diferentes veículos de imprensa ou não. Erbolato (1984, p. 142) assegura que os repórteres presentes na coletiva devem entrar em consentimento a respeito do assunto tratado, “para que muitos não fiquem sem fazer perguntas em benefícios de outros, que, em certos casos, querem monopolizar os entrevistados e até com perguntas impertinentes”. Nas entrevistas informativas podem gerar conteúdo “de primeira mão ou suplementar e confirmar ocorrências já conhecidas” (Beltrão, 1969, p. 180). Esse é o tipo mais comum no jornalismo e que traz maior facilidade ao repórter na hora de elaborar seu trabalho, “pois, na maioria dos casos, os portadores de algo de valor jornalístico apreciam receber a colaboração do público e assim cooperam com a imprensa” (Beltrão, 1969, p. 180).

Na obtenção da entrevista informativa, o jornalista procura ser o mais objetivo possível, levando o interlocutor a fornecer-lhe dados exatos, detalhes e aspectos fundamentais do assunto, a fim de ficar de posse de todos os elementos para dar ao leitor a idéia precisa e completa do fato. (Beltrão, 1969, p. 180).

A entrevista opinativa busca atingir a consciência do público que a consome, apresentando-lhe conflitos e opiniões semelhantes ou divergentes com o objetivo de fazê-lo refletir a respeito do problema abordado no texto (Beltrão, 1969).

Por fim, a entrevista ilustrativa ou biográfica é menos formal que todas as que foram citadas anteriormente, pois aborda a personalidade do entrevistado, sua história de vida ou algum momento relevante de sua carreira. O Pasquim, objeto de estudo desta monografia, faz muito isso. No semanário carioca, a maioria das personalidades entrevistadas contam suas histórias e até dão opiniões sobre determinados assuntos.

A entrevista de Leila Diniz (1945-1972) no Pasquim, por exemplo, aborda a carreira da atriz no cinema e na televisão e foca em sua personalidade. Beltrão

(1969, p. 182) destaca que, às vezes, o que o entrevistado fala não é importante como a forma com que responde às perguntas: “sua expressão facial, o tom de voz, movimento das mãos” além de traços pessoais como “roupas que usa, ambiente em que vive, hábitos, momices, ‘*hobbies*’, etc”. (Beltrão, 1969, p. 182). Nesse tipo de entrevista, o jornalista deve realizar um perfil psicológico da pessoa que está sendo entrevistada e descobrir os motivos que a tornam uma personagem cativante que desperta interesse público (Beltrão, 1969).

[...] Para escapar à mediocridade e produzir uma entrevista atraente dêste tipo, o jornalista tem de apelar para as suas qualidades de observador e escritor, imprimindo ao texto fôrça descritiva, introduzindo detalhes expressivos, injetando vida, movimento e colorido na reprodução jornalística de uma conversa entre dois personagens que, de repente, vira palestra entre um e milhares de outros. (Beltrão, 1969, p.182).

4 A ENTREVISTA DE LEILA DINIZ AO O PASQUIM

Este capítulo apresenta uma análise da entrevista de Leila Diniz (1945-1972) ao Pasquim, em 1969³, como objeto principal. As técnicas de análise de conteúdo sistematizadas por Laurence Bardin servem como metodologia para uma análise detalhada da entrevista de Leila. Serão trazidos os principais pontos da entrevista, como a linguagem informal, a censura dos palavrões ditos pela atriz e perguntas de cunho sexual a respeito da vida pessoal de Leila. Vale ressaltar que Leila Diniz desafiou a moral e os bons costumes da sociedade brasileira dos anos 1960 e 1970 ao defender os direitos das mulheres de utilizarem seus corpos como bem entenderem e falar abertamente sobre temas considerados subversivos, como arte, sexo e amor livre.

4.1 LEILA DINIZ NO PASQUIM (1969)

No ano de lançamento do Pasquim, em 1969, Jaguar, Tarso de Castro e Sérgio Cabral entrevistaram a atriz Leila Diniz (1945-1972). Considerada polêmica para os padrões morais da época, Leila teve seu nome dado a um decreto que censurou previamente os meios de comunicação.

Decreto-Lei n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970, assinado pelo então presidente da República Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) e pelo ministro da Justiça Alfredo Buzaid (1914-1991), recebeu o apelido de “Decreto Leila Diniz”. De acordo com o Art. 1º, não eram toleradas “as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação” (Brasília, 1970). O documento tinha como objetivo combater quaisquer ações consideradas subversivas e que contrariavam a moral e os bons costumes sociais. Com a promulgação do Decreto-Lei, a Polícia Federal podia investigar casos semelhantes em materiais impressos ou gravados e exibições ao vivo.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizadas duas versões da edição 22 do Pasquim: digital e física. A primeira está disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional; já a segunda encontra-se no acervo físico do Núcleo de Pesquisas em Ciências da Comunicação (NUPECC), da Escola de Comunicação,

³ A entrevista pode ser conferida na íntegra na versão digitalizada do Pasquim, no site da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/124745/145>.

Artes e Design (FAMECOS), na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

4.2 ANÁLISE DE CONTEÚDO

Nos anos 1970, a psicóloga e pesquisadora francesa Laurence Bardin desenvolveu técnicas de análise de conteúdo na psicologia e também nas comunicações de massa. A partir de suas pesquisas em dados textuais, Bardin publicou o livro “Análise de conteúdo”⁴ (em francês, *L'Analyse de contenu*) em 1977. Além de psicólogos, o material de Bardin (1977) também é utilizado por pesquisadores do campo da Comunicação Social nos estudos sobre teorias da comunicação e análises de documentos.

Bardin (1977) divide a análise de conteúdo em quatro partes:

- a. **História e teoria:** aborda perspectivas históricas dos meios de comunicação e a definição e relação com outros campos científicos;
- b. **Prática:** a autora aborda análise de perguntas e respostas em entrevistas e das comunicações de massa;
- c. **Método:** formas de realizar uma análise, com organização, codificação, categorização e informatização dos conteúdos;
- d. **Técnicas:** tipos de análise (categorial, de avaliação, de enunciação, da expressão, das relações e do discurso).

A autora define a descrição analítica como “um tratamento da informação contida nas mensagens” (Bardin, 1977, p. 34), afirmando que a análise não se limita apenas ao conteúdo do material trabalhado, mas também aos seus significados objetivos, sistemáticos e quantitativos.

Por outro lado, o tratamento descritivo constitui um primeiro tempo do procedimento, mas não é exclusivo da análise de conteúdo. Outras disciplinas que se debruçam sobre a linguagem ou sobre a informação, também são descritivas: a linguística, a semântica, a documentação. No que diz respeito às características sistemática e objectiva, sem serem específicas da análise de conteúdo, foram e continuam a ser suficientemente importantes para que se insista nelas. (Bardin, 1977, p. 34).

⁴ A edição do livro *Análise de Conteúdo* (1977), de Laurence Bardin, utilizada como referência neste trabalho, foi publicada em Lisboa, empregando o português de Portugal na tradução.

Bardin (1977) conclui a primeira parte de sua obra refletindo sobre análise de conteúdo ligada à linguística e análise documental. Neste caso, Bardin (1977) estabelece que a análise de conteúdo tem foco em mensagens, com uma das possibilidades sendo categorial-temática.

Segundo a autora, existem três formas de organização de uma análise:

- a. **Pré-análise:** organização do material, escolha dos documentos, formulação de hipóteses e elaboração de indicadores para a interpretação final;
- b. **Exploração do material:** codificação, desconto ou enumeração do material analisado (recorte do que será pesquisado);
- c. **Tratamento dos resultados e interpretação:** testes de validação, interpretação de acordo com os objetivos previstos ou descobertas inesperadas.

Na pré-análise, são escolhidos os materiais para determinar as hipóteses e os objetivos da pesquisa a ser realizada, bem como a elaboração dos indicadores que permitem uma interpretação final. Bardin (1977, p. 96) argumenta:

Estes três factores, não se sucedem, obrigatoriamente, segundo uma ordem cronológica, embora se mantenham estreitamente ligados uns aos outros: a escolha de documentos depende dos objectivos ou inversamente o objectivo só é possível em função dos documentos disponíveis; os indicadores serão construídos em função das hipóteses, ou, pelo contrário, as hipóteses serão criadas na presença de certos índices. A pré-análise tem por objectivo a organização, embora ela própria seja composta por actividades não estruturadas, abertas, por oposição à exploração sistemática dos documentos.

Com o contato inicial com o documento, a leitura flutuante denominada por Bardin (1977) traz como recomendação a escolha de um índice com indicadores. Com isso, os dados passam pelo processo de codificação e são agregados em unidades dentro do documento analisado.

Neste trabalho, a leitura flutuante tem um recorte em três categorias:

- a. O total de palavrões ditos por Leila Diniz na entrevista ao Pasquim;
- b. O total de perguntas de cunho sexual feitas pelos entrevistadores;
- c. A censura dos palavrões com asteriscos entre parênteses.

No tratamento dos resultados e na interpretação do material, o analista “pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objectivos previstos, ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (Bardin, 1977, p. 101).

Na quarta e última parte do livro, a autora apresenta técnicas aplicadas à análise de conteúdo:

- a. **Análise categorial:** desconstrução e divisão do texto;
- b. **Análise de avaliação:** a linguagem representa e reflete o utilizador (medida das atitudes do locutor sobre o que é falado);
- c. **Análise da enunciação:** comunicação como processo, sem estruturas e elementos formais;
- d. **Análise da expressão:** investigação da autenticidade documental;
- e. **Análise das relações:** relações entre os elementos presentes na mensagem.

Por fim, serão analisadas três categorias que descrevem uma análise detalhada da entrevista, sendo:

- a. **Linguagem:** esta categoria busca analisar a linguagem jornalística do Pasquim, destacando o tom informal e desorganizado com o qual as entrevistas são conduzidas;
- b. **Palavrões e censura:** nesta categoria, são abordados os palavrões ditos por Leila Diniz e como os editores do Pasquim chegaram à decisão de censurá-los para não haver problemas com os militares do governo;
- c. **Perguntas sexuais e “amor livre”:** esta categoria analisa as perguntas de cunho sexual direccionadas à Leila Diniz, tecendo uma visão crítica a respeito dos tons utilizados pelos entrevistadores e sobre a forma como a atriz respondeu cada pergunta;

4.3 ANÁLISE DA ENTREVISTA DE LEILA DINIZ AO O PASQUIM

Entrevista é a “coleta de declarações de alguém, tomadas por jornalista para divulgação através dos meios de comunicação” (Franco; Houaiss; Villar, 2015, p. 389). No Pasquim, as entrevistas envolviam os mais diversos assuntos, com os envolvidos discutindo temas a respeito de vida pessoal e social e carreiras, no caso de artistas entrevistados. O Pasquim abandona os papéis em que o jornalista conduz a entrevista e seus ritmos, estabelecendo um improviso com o convidado, e é estabelecido um debate em que o próprio entrevistado também pode comandar o ritmo e os assuntos da entrevista (Braga, 1991).

A entrevista com Leila Diniz (1945-1972) é composta por diversos membros da redação do Pasquim, com a atriz sendo fotografada usando uma toalha na cabeça (**Figura 4**) enquanto todos os presentes fumam e bebem como se estivessem em uma mesa de bar. Era um ambiente de descontração montado para que o entrevistado falasse o que desejasse sem qualquer tipo de omissão ou censura. As entrevistas eram publicadas com uma linguagem coloquial e na íntegra, sendo comum a interrupção do entrevistado e rubricas para destacar as emoções envolvidas, como risadas.

O texto de abertura da entrevista de Leila é significativo para esta análise, uma vez que apresenta a atriz como se ela fosse uma velha amiga dos entrevistadores que estivesse fazendo parte de uma conversa de bar:

Leila Diniz é chapinha⁵ d'O PASQUIM e sua entrevista é mais do que na base do muito à vontade. Durante duas horas ela bebeu e conversou com a equipe de entrevistadores numa linguagem livre e, portanto, saudável. Seu depoimento é o de uma moça de 23 anos que sabe o que quer e que conquistou a independência na hora em que decidiu fazer isto. Leila é a imagem da alegria e da liberdade, coisa que só é possível quando o falso moralismo é posto de lado. (Pasquim, 1969, p. 9).

⁵ Expressão utilizada para se referir à amizade, parceria; amigo, camarada (FRANCO; HOUAISS; VILLAR, 2015, p. 204).

Figura 4 – Capa com Leila Diniz (ed. 22)

Millôr revela a verdade:

Beware of the team of Pasquim, Laura! You are desmunhequeting too much. They will see that you are ~~an~~ animal, ~~a~~ beastly gay!
ROBERT.

-MEU NOME É HERMANN; MAS PODE ME CHAMAR DE LAURA!

O PASQUIM

Rio, 20 a 26/11/69 — N.º 22 — NCr\$ 0,50 — Todo mundo acha que O PASQUIM está por cima da carne seca; podemos assegurar que, em matéria de carne, nossa preferência é outra (Millôr Fernandes)

LEILA DINIZ: &\$£7!

EU CARREGO ESTE JORNAL NAS COSTAS!!

APESAR DO TARSO MILLO, MENIL, FRANCIS, ZIRALPO, SERGIO CABRAL, CHICO ABISIO, MARCOS VASCONCELOS, RY CASTRO, MAUR, ETC & TAL

Fonte: Reprodução/Biblioteca Nacional (1969).

Os assuntos vão surgindo conforme as respostas da atriz, com a primeira parte focando em sua carreira e em sua vida como professora antes de estrelar o filme “Todas as mulheres do mundo” (1966), de Domingos Oliveira (1936-2019).

Desde a primeira edição, os membros do jornal optaram por deixar a escrita do jeito como as pessoas falam, tornando a linguagem mais clara. A conversa em tom informal e escrita de forma literal mostra o envolvimento genuíno de Leila com a “patota”⁶ do Pasquim.

Bardin (1977) fala sobre leitura flutuante como recomendação para o início de uma pesquisa analítica. Neste caso, uma primeira leitura do material que está sendo analisado acaba gerando questionamentos e interpretações do próprio pesquisador. Na análise de uma entrevista, a linguagem utilizada pelas partes pode acarretar em uma interpretação do leitor, mesmo que a proposta inicial do periódico seja de uma única interpretação. No entanto, cada leitor interpreta algo da maneira como entende ser a certa.

Em um primeiro contato com a entrevista de Leila ao Pasquim, surgiram questionamentos sobre os motivos por trás das perguntas de cunho sexual direcionadas à atriz e a substituição dos palavrões ditos por ela por asteriscos entre parênteses. Para isso, a entrevista passou por uma decodificação no sentido de recorte: quantas perguntas com conotação sexual foram feitas? Quantos palavrões Leila Diniz falou? E como a censura da ditadura foi driblada pelos editores do jornal?

⁶ Grupo de amigos; turma (FRANCO; HOUAISS; VILLAR, 2015, p. 712).

4.3.1 Vocabulário e expressões

Por não haver regras nem ordens, a linguagem da entrevista é informal, como uma “conversa de bar”, uma vez que Leila está inserida na “patota” do Pasquim. Portanto, perguntas e respostas são escritas na íntegra e de forma literal, como foram ditas durante a conversa. Desta forma, é possível compreender o tom informal da entrevista, como uma conversa entre amigos. A linguagem chama atenção por conta de algumas gírias como “saco” e “água com açúcar” (O Pasquim, 1969, p. 9-10), deixando a conversa em um tom informal.

Os entrevistadores não são organizados e constroem a conversa por meio de improvisos e liberdade dada à atriz para responder o que quiser. O próprio texto de introdução à entrevistada mostra a liberdade jornalística do Pasquim, a exemplo da expressão “chapinha” (Ver página 53).

De acordo com Braga (1991), os editores do jornal não costumavam copidescar as entrevistas, deixando-as do jeito como eram faladas. Ao mesmo tempo em que são feitas perguntas para Leila, os entrevistadores estabelecem um debate com a atriz, algumas vezes sem questioná-la a respeito do assunto tratado.

Outra especificidade [do Pasquim] é a influência do verbal-falado, que se manifesta diferentemente segundo o colaborador: não há também um padrão único de oralidade. [...] A oralidade não é então uma solução de facilidade ou equalização: há muitas maneiras de fala, umas difíceis outras fáceis. O que existe é a recusa de uma escritura carregada de chavões, de rigidez na construção. [...] A oralidade do Pasquim corresponde à procura, através de diferentes estilos pessoais, de uma expressividade, de uma eficácia informativa que geralmente adotamos na língua falada. (Braga, 1991, p. 128-129).

Não somente os entrevistadores, mas a própria Leila Diniz se apropria de gírias. “Paulo José. Essa é *mole* de responder”, diz a atriz após ser questionada com qual ator mais gosta de trabalhar. Para ela, “teatro é um saco” (Diniz, 1969, p. 9). Leila também utiliza a expressão “paca” várias vezes para se referir a quantidade. “Domingos usou troços *paca*. [...] Está vendendo *paca*. [...] O negócio está sendo aceito *paca*. [...] A gente se deu porrada *paca* pra fazer” (Diniz, 1969, p. 10). A utilização de gírias ocorre muito mais por parte da atriz do que dos entrevistadores.

4.3.2 Palavrões e censura

Com a utilização dos asteriscos no lugar dos palavrões, o entendimento do que Leila Diniz comentou na entrevista ao Pasquim não é prejudicado e deixa a linguagem mais objetiva, com os envolvidos falando o que querem sem preocupação. Afinal, as palavras foram censuradas pelos próprios editores para que o jornal não fosse prejudicado pelo governo militar. Ao todo, a atriz falou 72 palavrões. Como as palavras não eram escritas, os editores do Pasquim se apropriaram dos símbolos “&\$#!” para estampar a capa da edição 22.

A entrevista da atriz Leila Diniz (número 22) é um ponto alto do período dionisíaco. Leila fala tudo o que quer, e conta com clareza e usa muitos palavrões. O Pasquim se habituara a não copideskar as entrevistas. [...] Como adaptar a frase para tirar os palavrões sem deformar o sentido? A solução foi simples e criativa: deixar como está, só que no lugar de cada palavrão usa-se um asterisco entre parênteses. (Braga, 1991, p. 31).

A entrevista causou incômodo na sociedade conservadora da época, já que os palavrões ditos pela atriz não eram comuns serem escritos nos jornais, especialmente se falados por uma mulher.

A citada entrevista de Leila Diniz foi um marco na história do jornal, entre outras razões, por introduzir palavrões em sua fala. Leila Diniz representou em seu tempo a ambiência da contracultura, rompendo alguns paradigmas sociais. Mas, isso não quer dizer que a atriz tenha sido uma feminista. Ela foi libertária em seu comportamento e o jornal quando publicou sua entrevista também o foi. (Queiroz, 2008, p. 233).

Ao todo, Leila disse 72 palavrões. Mesmo com a grande quantidade, os entrevistadores não trataram essa questão de forma absurda, como se existisse uma lei que proibisse uma mulher de falar palavrões. Ainda assim, Jaguar observa que quando conheceu Leila ela não falava palavrão (O Pasquim, 1969, ed. 22, p. 12). A atriz é direta na resposta:

Sempre disse palavrão, Jaguar, você está enganado. Dizia menos. Com o tempo, fui ficando mais desinibida e mais segura. [...] Eu acho o palavrão gostoso e é uma coisa normal pra mim. [...] É gozado: meu pai, por exemplo, não fala palavrão. Lá em casa, não se dizia nem cocô – a gente falava fezes. Tinha de ser tudo naquela base, que são palavras muito mais feias do que os palavrões. Mas o

palavrão virou verdade em mim e quando as coisas são verdade, as pessoas aceitam.

Sobre a censura imposta pela ditadura militar às artes cênicas e visuais, Leila questiona o preparo dos militares e agentes para julgar e censurar uma obra artística, afirmando um censor deve ser alguém culto e muito humano, que “censura é ridículo, não tem sentido nenhum” (O Pasquim, 1969, ed. 22, p. 11). A atriz fala que a ação de censurar uma obra de arte não possui qualquer noção de justiça e cultura.

Tabela 1

Palavrão identificado	Página
Merda; foda; porra; caralho (3); boceta.	9
Caralho (2); merda; filho da puta; fodendo/trepando; puta que te pariu; puta (2); fodida.	10
Fodida (2); porra; fodeu; pessoas fodidas; foda (2); dar; merda/merdinha (3); foda-se; cu; trepar (3); pornô; brocha; puta (7).	11
Foda; merda (2); cagam; filhos da puta; putos; foda.	12
Merda.	13

Fonte: a autora (2024)

4.3.3 Perguntas sexuais e “amor livre”

Além dos palavrões, Leila respondeu perguntas sobre sua própria vida. As questões envolviam mais a vida sexual e amorosa da atriz do que sua amizade com outras pessoas. Afinal, Leila Diniz era considerada uma mulher bonita e “sexy” na época, muitas vezes sendo vista como objeto de desejo dos homens. No Pasquim não foi diferente. A atriz recebeu um bom tratamento dos entrevistadores, mas as perguntas de cunho sexual têm um tom invasivo.

Em determinado momento da entrevista, Sérgio Cabral pergunta a Leila: “Você deixou de ser virgem com que idade?” (O Pasquim, 1969, ed. 22, p. 12). A partir dessa pergunta, são elaboradas outras questões de cunho sexual. Os entrevistadores desejam saber quem foi o primeiro homem com quem Leila fez sexo, mas ela não responde literalmente, apenas diz que mantém uma amizade com o sujeito e questiona se tais informações serão publicadas no Pasquim.

As perguntas direcionadas à atriz e a utilização de termos como “professorinha” e “mulherzinha do Domingos” (O Pasquim, 1969, ed. 22, p. 9) parecem se caracterizar como uma diminuição da figura feminina de Leila em relação aos homens. Para Goldenberg (1996), os termos utilizados no diminutivo funcionam como uma oposição do papel da mulher em uma sociedade tradicional patriarcal em relação ao comportamento sexual livre.

Na época da entrevista, Leila era a protagonista da telenovela Vidas em Conflito, exibida pela extinta TV Excelsior. A atriz interpretava Débora, que por vingança contra sua mãe começa a namorar um homem negro. Naquele tempo, um personagem negro em telenovela era algo raro de ser visto. Neste contexto, na entrevista de Leila ao Pasquim, Sérgio Cabral pergunta a atriz se “há alguma diferença sexual do negro pro branco” (O Pasquim, 1969, ed. 22, p. 12). Leila responde:

Eu só tive um homem negro. E não vou comparar meus homens porque é sacanagem. Dizem que os negros têm mais potencialidade, etc. Eu acho que é a mesma coisa. Depende do cara. Nesse negócio, não tem nada a ver. Tem uns que são bons de cama, chega lá e não combina. Esse negócio depende muito. O negócio é aquela ligação, está na pele.

Percebe-se que Leila não tem qualquer problema em responder às perguntas sexuais. No entanto, algumas possuem um tom com o objetivo de sexualizar a entrevistada, como quando Cabral fala que a atriz costuma interpretar personagens “sexy” no cinema e logo pergunta se ela recebe muitas “cantadas” (O Pasquim, 1969, ed. 22, p. 11). Leila é direta:

Recebo muitas [cantadas]. Aliás, acho uma (*) [merda] fazer papel “sexy”. O negócio não tem nada a ver com fazer boquinha, carinha, etc. O negócio é outro: um negócio de pele, olho, um negócio que não sei bem o que é, não. Mas recebo cantada, sim.

Há uma perceptível mistura de assuntos entre as perguntas e as respostas, sem uma ordem sendo seguida. A entrevista começa com perguntas sobre a carreira de Leila como atriz, seus gostos por cinema, televisão e teatro e sua relação profissional e pessoal com o cineasta Domingos de Oliveira (1936-2019). A partir do momento em que Leila comenta que irá estrelar a peça tropicalista “Tem banana na banda” as perguntas passam para um tom sexual, com Jaguar perguntando à atriz se “vai ter ‘strip-tease’?”. Leila dá uma resposta curta, dizendo que “se tiver eu também faço” (O Pasquim, 1969, ed. 22, p. 10). Seguindo esse questionamento de Jaguar, é possível contabilizar um total de 15 perguntas de cunho sexual direcionadas à atriz, que falou, ao todo, 72 palavras ao longo da entrevista (ver Tabela 2).

O “amor livre” é tratado por Leila como algo que deva fazer bem a uma pessoa, sem que um casal precise se amar para fazer sexo (O Pasquim, 1969, ed. 22, p. 11-13):

Felizmente eu já ameí muito e espero amar mais ainda. [...] Acho que cada um deve fazer o que lhe faz bem. Se você fumar maconha e achar que isso lhe cura, acho ótimo. O importante é amar as pessoas e sentir uma certa felicidade. [...] Eu gosto muito [de ir pra cama], desde que dê aquela coisa de olho e pele, que já falei. Agora, sobre o amor, eu não acredito nesse amor possessivo e acho chato. Você pode amar muito uma pessoa e ir pra cama com outra. Isso já aconteceu comigo.

As respostas de Leila Diniz na entrevista ao Pasquim sugerem a construção da imagem de uma mulher sexualmente livre, que faz e fala o que quer em uma época de forte repressão política e social. Leila recusa o papel “sexy” e de objeto

dos desejos masculinos ao falar de “exigências não profissionais” para uma mulher trabalhar na televisão.

A mim nunca quiseram, porque eu mando logo tomar no (*) [cu]. Quando eu quero, eu vou com o cara. Comigo não tem esse negócio de ninguém querer, não. [...] O que tem é toda uma paparicação⁷ que é desagradável, entende? Você tem de jantar com fulano, conviver com sicrano, bater papo, tomar uisquinho, nhem, nhem, nhem e tal. Isso existe muito mais do que o dar. Está até fora de moda esse negócio de (*) [trepar]. (Diniz, 1969).

Os entrevistadores perguntam se Leila já teve um caso amoroso com o ator Anselmo Duarte (1920-2009), com quem contracenou em *A Madona de Cedro* (1968), ou se “deu” para o seu analista (*O Pasquim*, 1969, ed. 22, p. 12), o que estabelece um pensamento de que uma mulher precisa “dar” para todos os homens que aparecem em sua vida caso deseje conseguir algo em troca.

Ainda que seja considerada uma mulher à frente de seu tempo, Leila termina a entrevista falando sobre lésbicas de forma pejorativa, utilizando a palavra “lesbianismo”⁸ logo após esta ser proferida em uma pergunta feita por Paulo Garcez. Na ocasião, Garcez questiona a atriz se ela acredita que o aumento de mulheres assumindo sua homossexualidade é resultado da “falta de virilidade do homem atual” (*O Pasquim*, 1969, ed. 22, p. 13). Leila responde:

Não, de jeito nenhum. Esse negócio de lesbianismo é uma coisa de carência afetiva. Todo mundo quer ser amado. Como homem e mulher foram criados com muitos problemas, que o que eles devem fazer seria feio ou pecado, etc., duas mulheres acabam querendo se apoiar uma na outra, querendo salvar uma a outra. Eu acho o lesbianismo triste por causa disso.

Tabela 2

Perguntas sexuais	Palavrões
15	72

Fonte: a autora (2024)

⁷ De paparicar; tratar com zelo; cuidado excessivo; mimar (FRANCO; HOUAISS; VILLAR, 2015, p. 702).

⁸ “Consiste em uma inadequação linguística e preconceituosa [...], visto que o sufixo ‘ismo’ pode conotar doença, distúrbio, anormalidade” [BAHIA. Governo Estadual. Secretaria da Saúde).

4.4 REPERCUSSÃO DA ENTREVISTA, “PUTA” E MANDADO DE PRISÃO

Por conta de uma liberdade sexual reprimida pelas camadas mais conservadoras da sociedade brasileira da época, Leila foi identificada como “puta” após a entrevista ao Pasquim.

Com as fortes acusações de subversão, os palavrões e as respostas sobre sua vida sexual, Leila Diniz foi perseguida por agentes da repressão que defendiam a moral e os bons costumes. Com isso, foi expedido um mandado de prisão contra a atriz. Tal fato ocorreu após a promulgação do Decreto-Lei n. 1.077, de 26 de janeiro de 1970, assinado pelo então presidente da República Emílio Garrastazu Médici (1905-1985) e pelo ministro da Justiça Alfredo Buzaid (1914-1991). Apelidado de “Decreto Leila Diniz”, o documento não tolerava “publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação” (Brasília, 1970).

Cunhado da atriz e advogado, Marcelo Cerqueira relembra no documentário “Já que ninguém me tira pra dançar” (2021, dir. Ana Maria Magalhães) que Leila se escondeu em um banheiro nos estúdios da TV Tupi quando dois policiais compareceram ao local argumentando que ela ameaçava a moral e os bons costumes. A atriz trocou de roupa com sua secretária, Laudelina Maria Alves, e fugiu para Petrópolis em um carro da Tupi. Com a fuga de Leila, o ministro Alfredo Buzaid suspendeu a ordem de prisão contra a atriz, mas determinou que ela deveria assinar um termo de responsabilidade se comprometendo a não mais falar palavrões em público.

As palavras de Leila Diniz no Pasquim renderam ao jornal a venda de 117 mil exemplares. Com essa entrevista, a atriz se torna uma figura transgressora no comportamento feminino que era reprimido na época, transmitindo mensagens com uma linguagem considerada irreverente para uma mulher nos anos 1960.

Leila correu riscos ao afirmar publicamente, em um período de forte repressão política, comportamentos de sua vida privada. A este grande risco político parecem ter correspondido grandes benefícios, porque Leila passou a contar com a admiração de muitos que eram contrários ao regime militar. As consequências desta entrevista demonstram os perigos da palavra pública, e seus lucros, como a consolidação do “nome” de Leila Diniz. O palavrão [...] tornou-se uma marca importante na consolidação da imagem pública de Leila Diniz. (Goldenberg, 1996, p. 202-203).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerado ousado no ramo jornalístico, O Pasquim se tornou objeto de estudos em comunicação social ao longo das décadas e foi eternizado como instrumento democrático e de desconstrução no jornalismo brasileiro. Com abordagens humorísticas e provocativas, as entrevistas no periódico carioca mostram o improviso no jornalismo como objeto essencial para a criação de um combate intelectual à ditadura militar no Brasil.

Apesar do sucesso e das abordagens políticas tratadas com sarcasmo, O Pasquim sempre teve sua imagem ligada à superioridade masculina em relação às mulheres. Imagens sexualizando corpos femininos e textos diminuindo a existência das mulheres enquanto seres sociais são comuns nas páginas do periódico, o que levou a uma reflexão que possibilitou o desenvolvimento desta monografia.

O presente trabalho teve como principal problema de pesquisa a pergunta: como as mulheres eram representadas nas páginas do Pasquim? Desta forma, a autora lembrou-se da icônica entrevista de Leila Diniz ao periódico, em 1969, na qual a atriz falou abertamente sobre sexo, amor livre e sua carreira, além dos famosos palavrões ditos por ela. Assim, também foi possível elaborar questões que contribuíram para a análise da entrevista e execução desta monografia: como O Pasquim abordava questões de gênero em suas páginas? Quantas mulheres ocuparam a redação do jornal durante os anos de circulação? Por quê eram publicadas imagens de mulheres nuas ou parcialmente nuas sem qualquer contexto?

O machismo no Pasquim era disfarçado com um discurso progressista no jornal e críticas à sociedade e à política conservadoras que dominavam o Brasil durante a ditadura militar. Mesmo que os editores permitissem a livre manifestação de pensamentos tanto dos membros da redação quanto de leitores e entrevistados, é notório o desdém do Pasquim em relação às questões de gênero debatidas na época, uma vez que membros do próprio jornal desdenharam quando leitoras mulheres os questionaram sobre a falta de representatividade nas páginas do periódico (ver página 37).

As perguntas de cunho sexual direcionadas à Leila Diniz trazem pouca informação jornalística relevante. É fato que Leila falava livre e abertamente sobre

sua vida pessoal e o direito das mulheres à liberdade sexual, respondendo a todas as questões de maneira leve, descontraída e objetiva, utilizando palavrões em quase todas as frases. No entanto, lendo entrevistas do Pasquim feitas com homens é notória a diferença de comportamento dos membros do jornal. Aos homens, raramente eram direcionadas questões sobre sexo. À Leila, pouco foi perguntado a respeito de sua vida profissional e suas perspectivas para o futuro como atriz. Das 65 perguntas direcionadas à atriz que foram contabilizadas pela autora deste trabalho, 15 eram de cunho extremamente sexual.

Mesmo com membros do Pasquim evidenciando um forte conservadorismo em relação às mulheres que manifestaram seus pensamentos sobre pautas feministas, é notória a postura articulada adotada pelos responsáveis por entrevistar Leila Diniz, uma vez que os comportamentos da atriz não se tornam alvos de zombaria durante a entrevista. Afinal, Leila era considerada um símbolo sexual na cultura brasileira da época, com esse título sendo reforçado em algumas perguntas direcionadas a ela pelos membros do Pasquim.

Foram identificados 18 palavrões ditos por Leila, com alguns sendo repetidos mais de duas vezes (ver Tabela 1, p. 61). Desta forma, conclui-se que os asteriscos entre parênteses utilizados para censurar as palavras de baixo calão não impedem a interpretação literal da frase, que não perde o contexto, apesar da censura, uma vez que foi possível identificar os palavrões. A atriz falou, no total, 72 palavras de baixo calão e respondeu a 15 perguntas de cunho sexual.

Para Goldenberg (1996), Leila Diniz representou características, marcas e sinais extremos que desafiavam os setores mais conservadores da sociedade brasileira, o que contribuiu para o seu sucesso.

A entrevista de Leila ao Pasquim mostra a desorganização do jornal enquanto instrumento político e jornalístico, pois a conversa não segue uma ordem cronológica de perguntas e respostas, não se encaixando como uma entrevista pingue-pongue, permitindo que haja uma interação informal entre entrevistadores e entrevistados. Afinal, O Pasquim também se caracterizava pelo imprevisto nas entrevistas, com estas parecendo uma conversa de bar entre amigos. Na entrevista com Leila Diniz, os membros do Pasquim começam questionando a atriz sobre sua carreira artística e depois passam a fazer perguntas de cunho sexual. Apenas no final da entrevista, Jaguar pergunta se Leila quer falar sobre sua carreira.

Conclui-se que O Pasquim teve uma significativa importância no jornalismo brasileiro durante a ditadura militar, ao trazer críticas ao governo. Porém, os discursos progressistas caíam por terra quando frases e charges machistas ou homofóbicas eram publicadas como se fossem “humor”, o que prejudica a imagem do jornal nos dias atuais. Afinal, novos estudos sobre O Pasquim foram publicados e destacaram o preconceito nas páginas do periódico carioca. Além disso, as concepções a respeito de machismo e feminismo nos anos 1960 e 1970 são diferentes dos dias atuais, quando as pessoas têm mais acesso a esses conceitos a partir das redes sociais.

Por conseguinte, a questão de gênero pouco relatada nas páginas do Pasquim deve ser mais estudada e debatida como forma de compreender o machismo na imprensa brasileira e a representação de mulheres nas grandes redações jornalísticas, estejam elas por trás das páginas ou na frente dos entrevistados.

6 REFERÊNCIAS

ALENCAR, Luiza; BIANCHIN, Sady. Patrícia Galvão e Leila Diniz: um olhar sobre o dialeto da mulher brasileira no século XX. *In: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, 2020, Rio de Janeiro. Facha: Jornada Virtual, 2020. Disponível em: <https://www.facha.edu.br/pdf/ebook/coletanea-da-jornada-virtual-de-ic-2020.pdf#page=166>. Acesso em: 24 out. 2024.

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência - O Estado de São Paulo e Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARANTES, Nayara Klebis. **Uma análise da seção entrevista de O Pasquim para uma compreensão da realidade da imprensa brasileira dos anos 1970 no contexto dos anos de chumbo**. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Comunicação Social - Jornalismo) - Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, Assis, 2010. Disponível em: <https://cepein.femanet.com.br/BDigital/arqTccs/0711220335.pdf>. Acesso em: 30 set. 2024.

ARMITAGE, John. **A História do Brasil**. v. 142. Brasília: Edições do Senado Federal, 2011.

BAHIA, Juarez. **Jornalismo, informação e comunicação**. São Paulo: Martins, 1971.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil – 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, Patrícia Marcondes de. A imprensa alternativa brasileira nos “Anos de chumbo”. **AKRÓPOLIS - Revista de Ciências Humanas da UNIPAR**. Umuarama, PR, v. 11, n. 2, p. 63-66, abr./jun. 2003. Disponível em: <https://revistas.unipar.br/index.php/akropolis/article/view/332>. Acesso em: 30 set. 2024.

BELTRÃO, Luiz. **A imprensa informativa**. 1. ed. São Paulo: Editor Folco Masucci, 1969.

BRAGA, José Luiz. **O Pasquim e os anos 70: mais pra epa que pra oba**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

BONDINHO. São Paulo, 1970-1971.

BUZALAF, Márcia Neme. **A censura no Pasquim (1969-1975): As vozes não-silenciadas de uma geração**. 2009. Tese (Doutorado em História) - Programa de

Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/6c98cfcd-54c1-4fdf-8bcc-b9e9f6beca09>. Acesso em: 26 set. 2024.

BRASIL. [Lei nº 4.341 (13 jun. 1964)]. **Cria o Serviço Nacional de Informações (SNI)**. Brasília, DF: Presidência da República, 1964. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4341.htm. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. [Lei nº 5.250 (9 fev. 1967)]. **Regula a liberdade de manifestação do pensamento e de informação**. Brasília, DF: Presidência da República, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5250.htm. Acesso em: 22 set. 2024.

BRASIL. [Decreto-Lei nº 1.077 (26 jan. 1970)]. **Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso em 23 set. 2024.

BRASIL MULHER. Brasil, 1975-1980.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; MORAES, Rubens Borba de. **Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro**. 1. ed. São Paulo: EDUSP/Kosmos, 1993.

CALMON, Pedro. **História do Brasil: a República e o desenvolvimento nacional**. 1. ed. Campinas: Kíron, 2023.

CAMPOS, Suelen Cristina Marcelina de. **A construção do “inimigo interno” e o papel da grande mídia brasileira nos anos de 1964-1968: O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo**. 2023. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-04102023-123724/en.php>. Acesso em: 30 set. 2024.

CHINEM, Rivaldo. **Jornalismo de guerrilha: a imprensa alternativa brasileira da Ditadura à Internet**. São Paulo: Disal, 2004.

CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro, 1965-1968.

COLLING, Ana Maria; As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em revista**, Universidade Federal de Pelotas, RS, v. 10, n. 10, 13 jul. 2017. DOI: <https://doi.org/10.15210/hr.v10i10.11605>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/11605/7457>. Acesso em: 25 set. 2024.

CORREIO BRAZILIENSE. Londres, 1808-1822.

CRESCÊNCIO, Cintia Lima. Antifeminismo e ressentimento: As mulheres no O Pasquim. **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**, Florianópolis, 2017. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017, Florianópolis. Disponível em: https://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1498609031_ARQUIVO_Cintia_Lima_Crescencio_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em: 26 set. 2024.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**: redação, captação e edição no Jornal Diário. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

EX. Brasil, 1973-1975.

FORNARI, Ernani. **O incrível padre Landell de Moura**. 2. ed. Porto Alegre: Biblioteca do Exército, 1984.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO. Brasil, 1808-1822.

GOLDENBERG, Mirian. **Toda mulher é meio Leila Diniz**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Secretaria da Saúde. **Glossário LGBT**. Disponível em: <https://www.saude.ba.gov.br/atencao-a-saude/saude-de-todos-nos/saudelgbt/glossario-lgbt/>.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Pequeno dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2015.

JÁ QUE NINGUÉM ME TIRA PRA DANÇAR. Direção: Ana Maria Magalhães. Rio de Janeiro, 2021. Documentário (92 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/ja-que-ninguem-me-tira-para-dancar/t/k256pNYPgq/?origemid=91698>. Acesso em: 30 out. 2024.

JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro, 1931-2010.

JUNIOR, Alvaro Bufarah. **O impacto das tecnologias de comunicação e a criação de uma narrativa diferenciada nos roteiros de radiojornais**. 2019. Tese (Doutorado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/25216>. Acesso em: 18 set. 2024.

KRÖCKNER, Luciano. O Repórter Esso e a Globalização: a produção de sentido no primeiro noticiário radiofônico mundial. **Anais do Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. Trabalho apresentado no XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, 2001, Campo Grande. Disponível em:

<https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/5722246430643375767694402644968017367.pdf>. Acesso em: 20 set. 2024.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 1. ed. São Paulo: Página Aberta, 1991.

LECLERC, Max. **Cartas do Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1942.

MATTOS, Sérgio. **História da televisão brasileira**: uma visão econômica, social e política. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. Imprensa inaugural: A Gazeta do Rio de Janeiro, primeiro jornal do Brasil, foi ao mesmo tempo instrumento político e espelho da sociedade. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, RJ, 28. ed. jan. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150315101128/http://revistadehistoria.com.br/secao/leituras/imprensa-inaugural>. Acesso em: 18 set. 2024.

MONTANHAN, Giovanna. O Pasquim: manifesto subversivo do jornalismo brasileiro. **Agência de Jornalismo Maurício Tragtenberg**. São Paulo, SP, PUC-SP, set. 2024. Disponível em: <https://agent.pucsp.br/noticias/o-pasquim-manifesto-subversivo-do-jornalismo-brasileiro>. Acesso em: 11 out. 2024.

MORAES, Livia Assad de. Ditadura militar: a memória jornalística como parte da revisão histórica. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 3, n. 2, p. 33-41, jul./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.3220144133>. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/4133>. Acesso em 30 set. 2024.

MOVIMENTO. Brasil, 1975-1981.

NÓS MULHERES. Brasília, 1976-1978.

O GUERRILHEIRO. Brasil, 1968-1973. 1. ed. 1968.

O GUERRILHEIRO. Brasil, 1968-1973. 2. ed. 1970.

O GUERRILHEIRO. Brasil, 1968-1973. 5. ed. 1972.

O GUERRILHEIRO. Brasil, 1968-1973. 6. ed. 1972.

O GUERRILHEIRO. Brasil, 1968-1973. 8. ed. 1972.

OPINIÃO. Rio de Janeiro, 1972-1977.

O PASQUIM. Rio de Janeiro, 1969-1991. 1. ed. 1969.

O PASQUIM. Rio de Janeiro, 1969-1991. 19. ed. 1969.

O PASQUIM. Rio de Janeiro, 1969-1991. 22. ed. 1969.

O PASQUIM. Rio de Janeiro, 1969-1991. 28. ed. 1970.

O PASQUIM. Rio de Janeiro, 1969-1991. 30. ed. 1970.

O PASQUIM. Rio de Janeiro, 1969-1991. 72. ed. 1970.

O PASQUIM. Rio de Janeiro, 1969-1991. 94. ed. 1971.

O PASQUIM. Rio de Janeiro, 1969-1991. 335. ed. 1975.

O PASQUIM. Rio de Janeiro, 1969-1991. 805. ed. 1984.

O PASQUIM. Rio de Janeiro, 1969-1991. 1072. ed. 1991.

OLIVEIRA, Camila Lopes Pereira de. **O sucesso do caos: a arte do improviso do Pasquim**. 2008. Trabalho de conclusão de curso (Comunicação Social - Jornalismo) - Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/1863/2/20413167.pdf>.

Acesso em: 30 set. 2024.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A Informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. 4. ed. São Paulo: Summus, 1985.

PETRINI, Paulo. **Gêneros discursivos iconográficos de humor no jornal O Pasquim: uma janela para a liberdade de expressão**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012. Disponível em:

<https://repositorio.uel.br/items/9c4152ad-ad62-46ed-a024-1ff5434950ea>. Acesso em:

11 out. 2024.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. Um espaço feminista no universo masculino do Pasquim. **Caderno Espaço Feminino**. Uberlândia, MG, v. 12, n. 15, p. 83-101, ago./dez. 2004. Disponível em:

<https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/CEF/PDF/v12n15/Pires.pdf>.

Acesso em: 27 set. 2024.

PIF PAF. Brasil, mai. 1964.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. O Pasquim: embates entre a cultura política autoritária e a contracultura. **Revista Eletrônica Cadernos de História**. Ouro Preto, MG, v. 3, n. 2, p. 218-235, dez. 2008. Disponível em:

<https://periodicos.ufop.br/cadernosdehistoria/article/view/5720>. Acesso em: 24 out.

2024.

REALIDADE. São Paulo, 1966-1976.

RIZZINI, Carlos. **O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500-1822): com um breve estudo geral sobre a informação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Kosmos, 1946.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, SC, vol. 2, n. 2, p. 35-50 mai./ago. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000200003>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003>. Acesso em: 20 set. 2024.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura durante a ditadura militar. **Topoi. Revista de História**, Rio de Janeiro, RJ, v. 19, n. 37, p. 171-197, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X01903708>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/hphSyQc6TDYyWFbJ5qkVMWD/#>. Acesso em: 25 set. 2024.

SILVA, Nívea Rohling da. Gênero entrevista pingue-pongue: a valoração do discurso do outro. **Anais do Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais**, Caxias do Sul, 2009. Trabalho apresentado no 5º Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais, 2009, Caxias do Sul. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tplSiget/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/textos_autor/arquivos/genero_entrevista_pingue-pongue_a_valoracao_do_discurso_do_outro.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

SIMÕES, Solange de Deus; **Deus, Pátria e família: as mulheres no golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SMIRNE, Diego C.. Jornal de estudantes contrários à ditadura completa 50 anos. **Jornal da USP**, São Paulo, SP, mar. 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/?p=72102>. Acesso em: 23 set. 2024.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. **ArtCultura**, v. 9, n. 14, p. 39-53, 10 out. 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1444>. Acesso em: 20 set. 2024.

SOUZA, Lidia Lerbach de. A Imprensa Régia: o tardio nascimento da imprensa no Brasil. **Caderno de Pós-Graduação Verbum PUC-SP**. São Paulo, SP, v. 9, n. 1, p. 310-323, mai. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/verbum/article/view/42346>. Acesso em: 23 set. 2024.

WOITOWICZ, Karina Janz; A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: Imprensa feminista e práticas de ativismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, SC, v. 11, n. 1, p. 104-117, jan./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5007/1984-6924.2014v11n1p104>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2014v11n1p104/27179>. Acesso em: 25 set. 2024.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação e Educação Continuada
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br